

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

64

jul/set 2020



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa

Bruno Ricardo Pena de Sousa

Cornélio Farias Pimentel

Hailton José Fortes

Haroldo Maia Junior

Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Airton Saboya Valente Junior

Produção Agropecuária

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços, Comércio Varejista e Turismo

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Alysson Inácio de Oliveira, Caio Eduardo Silveira Gomes, Catherine dos Santos Rodrigues, Ingrid Monteiro Cordeiro, Iury Lima Procópio, Mateus Pereira de Almeida e Pedro Costa de Castro Ivo, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – NUPE da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Marcus Vinícius Adriano Araújo

Mateus Pereira de Almeida

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária	6
3 Produção Industrial	11
4 Setor de Serviços	19
5 Varejo	21
6 Turismo	24
7 Mercado de Trabalho	27
8 Comércio Exterior	33
9 Finanças Públicas	42
10 Intermediação Financeira	47
11 Índices de Preços	49
12 Cesta Básica	56

1 Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil subiu 7,7% na comparação do terceiro trimestre de 2020 ante o segundo trimestre do mesmo ano. Trata-se do maior resultado para a economia brasileira desde o início da série histórica, em 1996, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Registre-se que o PIB do Brasil havia caído -9,7% no segundo trimestre de 2020 ante o primeiro trimestre do corrente ano.

Assim, o desempenho do PIB no terceiro trimestre foi impactado pela flexibilização das medidas de combate à Covid-19, que permitiram a gradativa retomada das atividades produtivas. A expressiva redução da base de cálculo do PIB no segundo trimestre contribuiu então para as elevadas taxas de crescimento obtidas no terceiro trimestre.

A Indústria (14,8%) e os Serviços (6,3%) apresentaram expressivo crescimento, enquanto a Agropecuária (-0,5%) caiu moderadamente.

Todas as atividades industriais registraram acréscimo: Indústria de Transformação (23,7%), seguido pelas atividades de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Gestão de Resíduos (8,5%), Construção Civil (5,6%) e Indústrias Extrativas (2,5%), em comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Os Serviços também apresentaram resultados positivos em todas as atividades, quando comparadas ao segundo trimestre: Comércio (15,9%); Transporte, Armazenagem e Correio (12,5%); Outros Serviços (7,8%); Informação e Comunicação (3,1%); Administração, Defesa, Saúde, Educação *Pública* e Seguridade Social (2,5%); Intermediação Financeira e Seguros (1,5%) e Atividades Imobiliárias (1,1%).

Pela ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 11,0% no terceiro trimestre de 2020 em comparação ao trimestre anterior, seguida pela Despesa de Consumo das Famílias (7,6%) e a Despesa de Consumo do Governo (3,5%). No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram decréscimo de -2,1%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram -9,6% em relação ao segundo trimestre de 2020.

Por sua vez, o PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em setembro de 2020 apresentou retração de -3,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores (Tabela 1). Esta taxa resultou do recuo de -3,2% do Valor Adicionado a preços básicos e da retração de -4,4% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado, neste tipo de comparação, decorreu dos seguintes desempenhos: Agropecuária (+1,8%), Indústria (-3,5%) e Serviços (-3,5%).

Todas as atividades industriais, com exceção das Indústrias Extrativas que avançou +4,3%, apresentaram variações negativas, sendo o maior peso na Construção Civil (-5,8%), seguido pela Indústria de Transformação (-5,4%), além da Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Gestão de Resíduos (-1,0%).

Dentre os Serviços, os resultados positivos verificaram-se em Atividades Financeiras e de Seguros (+4,0%); Atividades Imobiliárias (+2,0%) e Informação e Comunicação (+0,5%). Em contrapartida, Outras Atividades de Serviços registrou retração de -9,2%, seguido por Transporte, Armazenagem e Correio (-7,9%); Administração, Defesa, Saúde e Educação *Públicas* e Seguridade Social (-3,7%); e Comércio (-3,2%).

Na análise da demanda, todos os componentes registraram resultado negativo: Despesa de Consumo das Famílias retrocedeu -4,1%; Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) recuou -4,0% e, por último, a Despesa de Consumo do Governo caiu -3,7%. Quanto ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços recuaram -1,9%, seguido pelas Importações de Bens e Serviços que decaíram -9,0%, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de variação (%) do PIB e componentes - Acumulado nos últimos quatro trimestres

Últimos quatro trimestres/ Últimos quatro trimestres imediatamente anteriores		2019.3	2019.4	2020.1	2020.2	2020.3
Ótica da Produção	PIB a preços de mercado	1,4	1,4	1,0	-2,1	-3,4
	Valor Agregado Bruto da Agropecuária	1,7	0,6	1,6	1,9	1,8
	Valor Agregado Bruto da Indústria	0,0	0,4	0,5	-3,2	-3,5
	Valor Agregado Bruto dos Serviços	1,6	1,7	1,0	-1,9	-3,5
Ótica da Demanda	Despesa de Consumo das Famílias	2,0	2,2	1,5	-2,1	-4,1
	Despesa de Consumo do Governo	-0,6	-0,4	-0,6	-2,6	-3,7
	Formação Bruta de Capital Fixo	4,3	3,4	4,2	-0,9	-4,0
	Exportação de Bens e Serviços	1,7	-2,4	-2,5	-2,5	-1,9
	Importação de Bens e Serviços	2,1	1,1	3,1	-1,6	-9,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Produto Interno Bruto, no terceiro trimestre de 2020, totalizou R\$ 1.891,7 bilhões, sendo R\$ 1.627,6 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 264,1 bilhões relacionados aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Considerando o Valor Adicionado das atividades, no terceiro trimestre de 2020, a Agropecuária totalizou R\$ 105,5 bilhões, a Indústria somou R\$ 354,0 bilhões e os Serviços alcançaram R\$ 1.168,9 bilhões. Dentre os componentes da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias somou R\$ 1.167,9 bilhões, a Despesa de Consumo do Governo alcançou R\$ 371,2 bilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo totalizou R\$ 306,3 bilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou deficitária em R\$ 64,4 bilhões e a Variação de Estoque foi negativa em R\$ 18,1 bilhões.

Considerando os resultados do terceiro trimestre de 2020, a Renda Nacional Bruta somou R\$ 1.863,5 bilhões ante R\$ 1.826,6 bilhões em igual período de 2019.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2020 foi de 16,2% do PIB, abaixo do registrado em igual período do ano anterior, quando apresentou 16,3%. Em contrapartida, a taxa de poupança ficou acima do registrado anteriormente, registrando 17,3%, ante 13,7% na mesma base de comparação, de acordo com o IBGE.

Os próximos capítulos detalham o desempenho econômico dos setores do Nordeste e Estados no terceiro trimestre de 2020, especificamente a produção agropecuária, indústria, serviços, comércio e turismo. Além disso, detalha-se o comportamento do mercado de trabalho, comércio exterior, finanças públicas, intermediação financeira, índices de preços e cesta básica.

2 Produção Agropecuária

1 Agricultura

Apesar de todos os impactos negativos por ocasião da pandemia pelo novo Coronavírus, a agricultura brasileira vem mostrando bons resultados, tanto de safra, produtividade, etc., quanto de mercado, com alguns produtos alcançando preços recordes nestes últimos meses de 2020. Relativo ao último levantamento da safra agrícola para 2020 realizado pelo IBGE (LSPA de set./2020), a safra nacional de grãos deverá alcançar 252,00 milhões de toneladas, variação 4,4% superior à observada em 2019, de 241,5 milhões de toneladas (Tabela 1). Melhores condições climáticas nas principais regiões produtoras, com chuvas nos períodos adequados, melhores condições de colheitas, uso intensivo de tecnologia e maior área colhida favoreceram para estes resultados. Para este último item, a expectativa é que haja um aumento de 3,1% na área colhida de grãos em 2020, totalizando 65,2 milhões de hectares.

A Região Nordeste, apesar de representar apenas 7,9% da safra nacional de grãos, deverá apresentar o melhor desempenho dentre as grandes regiões, com incremento de 16,4% no total de grãos produzidos, alcançando 22,3 milhões de toneladas, o que elevará para 8,9% sua participação nacional em 2020. As demais regiões deverão apresentar os seguintes resultados em suas safras de grãos: Norte (+9,6%), Sudeste (+8,0%), Centro-Oeste (+7,3%) e Sul (-4,7%). O Centro-Oeste continuará concentrando a maior parcela de produção de grãos, nacionalmente, com 119,7 milhões de toneladas (47,5%), enquanto a Região Sul será a única a apresentar decréscimo em sua produção, totalizando 73,6 milhões de toneladas em 2020, ante 77,2 milhões de 2019.

Quanto aos estados da Região Nordeste, todos deverão apresentar ganhos de produção, com as maiores variações para Paraíba (+84,1%), Ceará (+41,9%), Pernambuco (+41,9%) e Sergipe (+27,1%). Dentre os grandes produtores de grãos regionais, a Bahia deverá aumentar sua produção em 20,3%, com 10,0 milhões de toneladas, o Maranhão em 9,1%, alcançando 5,4 milhões de toneladas, e o Piauí, com 11,1% de incremento e 4,9 milhões de toneladas. Juntos, estes três estados representam mais de 90,0% da produção regional de grãos.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados em 2019 e 2020 - Em toneladas

País/Região/Estado	Safra 2019	Part. (%) ⁽¹⁾	Safra 2020	Part. (%) ⁽¹⁾	Var. (%)
Nordeste	19.188.190	7,9	22.333.970	8,9	16,4
Bahia	8.283.660	43,2	9.967.395	44,6	20,3
Maranhão	4.929.446	25,7	5.378.069	24,1	9,1
Piauí	4.416.577	23,0	4.908.326	22,0	11,1
Ceará	559.791	2,9	794.492	3,6	41,9
Sergipe	695.197	3,6	883.838	4,0	27,1
Pernambuco	88.102	0,5	125.026	0,6	41,9
Paraíba	63.189	0,3	116.308	0,5	84,1
Alagoas	95.917	0,5	101.251	0,5	5,6
Rio Grande do Norte	56.311	0,3	59.266	0,3	5,2
Centro-Oeste	111.517.113	46,2	119.659.369	47,5	7,3
Sul	77.217.933	32,0	73.626.738	29,2	-4,7
Sudeste	23.732.122	9,8	25.622.191	10,2	8,0
Norte	9.807.396	4,1	10.750.631	4,3	9,6
Brasil	241.462.754	100,0	251.992.899	100,0	4,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2020 as produções de soja (121,4 milhões de toneladas), milho (100,5 milhões de toneladas) e arroz (11,0 milhões de toneladas). Estas três culturas representarão 92,4% do total produzido de grãos no País. Soja (+7,0%)

e arroz (+7,3%) deverão apresentar incrementos de produção, enquanto o milho terá uma leve queda de -0,1%. As culturas de trigo (+30,6%), mamona (+28,8%), triticale (+24,6%) e amendoim (23,3%) também deverão se destacar com significativos incrementos de produção em 2020.

Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2019 e 2020 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2019	Safra 2020		Safra 2019	Safra 2020	
Cereais e oleaginosas ⁽¹⁾	241.462.754	251.992.899	4,4	19.188.190	22.333.970	16,4
Algodão herbáceo	6.894.169	7.078.721	2,7	1.661.272	1.665.546	0,3
Amendoim	562.300	693.316	23,3	12.364	13.334	7,8
Arroz	10.260.474	11.006.518	7,3	314.090	333.346	6,1
Aveia	911.754	1.043.012	14,4	-	-	-
Centeio	9.922	10.885	9,7	-	-	-
Cevada	400.415	412.326	3,0	-	-	-
Feijão	3.039.651	2.936.851	-3,4	616.750	669.727	8,6
Girassol	131.173	82.390	-37,2	-	-	-
Mamona	28.360	36.527	28,8	27.569	36.231	31,4
Milho	100.566.125	100.456.000	-0,1	6.518.893	8.403.420	28,9
Soja	113.488.489	121.386.542	7,0	10.495.757	11.632.100	10,8
Sorgo	2.596.642	2.738.742	5,5	159.391	212.829	33,5
Trigo	5.231.336	6.833.567	30,6	30.000	17.000	-43,3
Triticale	30.670	38.203	24,6	-	-	-
Banana	7.113.594	6.759.030	-5,0	2.488.454	2.284.741	-8,2
Batata	3.854.054	3.400.108	-11,8	200.006	200.176	0,1
Cacau	252.540	278.279	10,2	105.018	118.018	12,4
Café	2.995.564	3.638.453	21,5	181.633	241.026	32,7
Cana-de-açúcar	667.532.475	690.275.700	3,4	49.671.912	51.383.671	3,4
Castanha-de-caju	139.383	149.058	6,9	138.572	148.211	7,0
Fumo	759.470	696.970	-8,2	23.936	30.663	28,1
Laranja	17.614.270	17.008.449	-3,4	1.175.771	1.154.089	-1,8
Mandioca	18.990.014	19.087.363	0,5	3.799.398	3.843.532	1,2
Tomate	4.075.890	3.997.539	-1,9	518.644	491.044	-5,3
Uva	1.445.705	1.441.537	-0,3	498.160	414.253	-16,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Além dos cereais e oleaginosas, cabem ainda destacar no levantamento do IBGE as culturas de café (+21,5%), cacau (+10,2%), castanha-de-caju (+6,9%) e cana-de-açúcar (+3,4%), as quais apresentarão bom desempenho nesta safra. Por outro lado, as culturas de batata (-11,8%), fumo (-8,2%), banana (-5,0%), laranja (-3,4%), tomate (-1,9%) e uva (-0,3%) deverão apresentar declínios.

No Nordeste, apenas a cultura do trigo deverá apresentar declínio de produção entre os grãos, de 43,3%, enquanto que as demais terão desempenhos positivos. Destaque para: sorgo (+33,5%), mamona (+31,4%), milho (+28,9%), soja (+10,8%), feijão (+8,6%), amendoim (+7,8%) e arroz (+6,1%). Quanto aos demais produtos não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, café (+32,7%), fumo (+28,1%) e cacau (+12,4%) apresentarão crescimento substancial de produção, enquanto que uva (-16,8%), banana (-8,2%), tomate (-5,3%) e laranja (-1,8%) terão desempenhos negativos.

Quando se destacam as culturas por estados da Região Nordeste, percebe-se que a Bahia, além de grande produtora de grãos, produz regionalmente todo o cacau (100,0%) e o trigo (100,0%) e praticamente toda a batata-inglesa (99,9%), café (99,8%) e mamona (99,4%). Destaca-se, ainda, nas produções de

algodão (89,5%), sorgo (68,8%), laranja (54,8%), soja (52,6%) e tomate (49,1%). Das culturas baianas, o sorgo (+110,2%), fumo (+53,8%), milho (+47,1%), mamona (+33,3%) e cana-de-açúcar (+22,4%) deverão apresentar desempenhos favoráveis de produção na safra 2020, enquanto que trigo (-43,3%), uva (-38,8%), banana (-18,3%), castanha-de-caju (-13,3%) e tomate (-12,5%) devem apresentar os maiores resultados negativos.

O Maranhão, segundo maior produtor regional de grãos, se destaca na produção de arroz (47,1%), milho (24,4%), soja (26,3%) e mandioca (10,8%). Das suas culturas, milho (+13,3%), soja (+7,5%) e algodão (+3,8%) deverão apresentar bom desempenho na safra 2020. Já as culturas de feijão (-16,4%), laranja (-16,2%) e sorgo (-9,1%) tendem a apresentar os piores resultados para esta safra.

O Piauí se destaca na produção de arroz (30,9%), milho (26,2%), soja (21,0%), sorgo (17,8%), castanha-de-caju (16,0%) e feijão (12,4%). Sua produção de arroz deverá apresentar o melhor desempenho estadual, com acréscimo de 31,2%, seguido de mandioca (+24,3%), milho (+19,9%), tomate (+16,6%) e castanha-de-caju (+9,4%). Quanto aos destaques negativos, sorgo (-39,8%) e algodão (-0,2%) deverão apresentar reduções em suas safras para 2020.

O Estado de Pernambuco, apesar de possuir pequena representação na produção de grãos, se destaca na produção de frutas, em especial uva (88,2%) e banana (18,6%). Produz, ainda, 24,4% da cana-de-açúcar do Nordeste. Quanto às variações entre 2019 e 2020, milho deverá apresentar forte crescimento (+146,8%), seguido de algodão (+89,2%) e sorgo (+59,4%), enquanto café (-82,8%), laranja (-38,8%) e tomate (-17,7%) deverão apresentar reduções significativas.

O Ceará se apresenta como destaque nas produções de castanha-de-caju (64,4%), tomate (35,3%), feijão (18,9%), banana (18,3%) e mandioca (15,5%). Os melhores desempenhos serão observados nas lavouras de sorgo (+212,5%), algodão (+59,7%), milho (+49,4%), amendoim (+38,8%) e uva (+29,3%), enquanto que as culturas de mamona (-57,0%), café (-24,8%) e mandioca (-7,5%) deverão declinar.

Os demais estados possuem ainda representações nas produções de: banana, no Rio Grande do Norte (9,6%); castanha-de-caju, no Rio Grande do Norte (11,6%); mandioca, em Alagoas (14,2%); cana-de-açúcar, em Alagoas (34,2%) e na Paraíba (11,1%); amendoim, em Alagoas (46,4%) e Sergipe (12,6%); fumo, em Alagoas (67,2%); laranja, em Sergipe (31,2%) e Alagoas (12,4%); e milho, em Sergipe (10,0%).

2 Pecuária

Em consonância com o cenário atual de pandemia e retração econômica, os dados da produção dos principais itens da pecuária brasileira sinalizam para menores volumes, no segundo semestre de 2020, para as atividades pesquisadas pelo IBGE em seus levantamentos trimestrais de abate de animais e produções de leite, couro e ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3. O quantitativo de animais abatidos de bovinos foi o que apresentou maior retração, quando comparado com o 2º trimestre de 2019 (-8,0%). Referente ao 1º trimestre de 2020, houve leve alta de 0,3%, já sinalizando uma possível retomada das atividades econômicas. No caso da Região Nordeste, que representa 7,8% dos bovinos abatidos do País, a retração ocorreu nas duas comparações (-14,2% entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020, e -1,0% entre o 1º e 2º trimestres de 2020), resultado de maior retração do poder de compra da Região diante do restante do País, pois apresenta o maior número de pessoas em vulnerabilidade econômica.

Os abates de suínos apresentaram altas nos comparativos entre 2019 e 2020, em grande medida por ser uma alternativa de carne substituta à bovina. Entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020, a alta foi de 6,2%, enquanto o aumento entre o 1º e o 2º trimestres de 2020 foi de 1,8%. Diferentemente, para o Nordeste houve retrações em ambos os comparativos, de -3,0% e -1,4%, nesta ordem. Uma explicação seria a baixa elasticidade na substituição entre essas carnes na Região, uma vez que o consumo de carne suína é relativamente baixa em comparação com outras regiões do País.

No caso dos galináceos, foi observada a maior retração, comparando o 1º e 2º trimestres de 2020, com variação de -6,8%, o que indica o total de 1,4 bilhão de frangos abatidos. Entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020 também se verificou retração, de -1,0%. Para a Região Nordeste, o cenário se apresentou positivo, comparando-se os 2ºs trimestres de 2019 e 2020, com alta de 5,6% no número de aves abatidas. No entanto, comparando-se com o 1º trimestre de 2020, já se percebe retração de -3,5%.

Quando analisados os demais produtos da pecuária levantados pelo IBGE, percebem-se quedas mais acentuadas para a produção brasileira de leite, com reduções de -9,3% tanto para o cru quanto para o industrializado, entre o 1º e 2º trimestres de 2020, com quantidades de aproximadamente 5,7 bilhões de litros para ambos. No caso do Nordeste, que representa 7,4% da produção nacional, as variações foram positivas, tanto comparando o 2º trimestre de 2020 com o de 2019 (+9,4%), quanto com o 1º trimestre do mesmo ano (+2,7%).

As maiores quedas da produção nacional de couro foram observadas entre os 2ºs semestres de 2019 e 2020, com variações de -12,8% para o couro cru e -13,3% para o curtido, com 7,3 milhões e 7,1 milhões de unidades, nessa ordem. Em 2020, as reduções entre os dois primeiros trimestres foram menores, de -3,3% e -3,5%, respectivamente. A retração da atividade industrial, como resultado do isolamento social imposto pela pandemia do novo Coronavírus, levaram a estes resultados.

Outro item a apresentar comportamento positivo foi a produção de ovos de galinha, tanto nacional quanto regionalmente. Para o Brasil, as altas observadas foram de +2,8% entre o 2ºs trimestres de 2019 e 2020 e de 0,3% entre o 1º e 2º trimestres de 2020, com total de 974,2 milhões de dúzias de ovos. O Nordeste, que produz 152,0 milhões de dúzias de ovos (15,6%), acumulou altas de 6,1% e 0,3% entre os mesmo períodos analisados, nesta ordem.

Pelos dados analisados, percebem-se os impactos que a pandemia pelo novo Coronavírus provocou na produção pecuária nacional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores brasileiros apresentaram as maiores variações negativas, como a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis à população apresentaram variações positivas, com a carne suína e a produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador brasileiro, que necessitou adquirir itens de menor valor para sua cesta de alimentos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos, aquisição de leite cru, aquisição de couro cru e produção de ovos de galinha - Brasil - 2º Trimestre de 2020

Abate de animais, aquisição de leite, aquisição de couro cru, e produção de ovos de galinha	2019			2020					
	2º trimestre			1º trimestre			2º trimestre		
	Brasil	Nordeste	% NE/BR	Brasil	Nordeste	% NE/BR	Brasil	Nordeste	% NE/BR
Número de animais abatidos (mil cabeças)									
Bovinos	7.939	663	8,3	7.277	574	7,9	7.301	569	7,8
Suínos	11.396	101	0,9	11.892	99	0,8	12.105	98	0,8
Frangos	1.424.928	50.014	3,5	1.514.408	54.736	3,6	1.410.762	52.820	3,7
Peso das carcaças (toneladas)									
Bovinos	1.977.662	160.847	8,1	1.842.772	143.605	7,8	1.879.431	142.812	7,6
Suínos	1.017.468	7.484	0,7	1.066.662	7.566	0,7	1.103.777	7.455	0,7
Frangos	3.344.951	123.027	3,7	3.472.613	127.058	3,7	3.224.129	124.537	3,9
Leite (mil litros)									
Adquirido (cru)	5.860.992	388.350	6,6	6.346.329	413.627	6,5	5.758.935	424.772	7,4
Industrializado	5.854.813	388.121	6,6	6.339.926	413.482	6,5	5.748.008	424.531	7,4
Couro (mil unidades)									
Adquirido (cru)	8.393	22	0,3	7.571	X	-	7.321	X	-
Curtido	8.135	22	0,3	7.312	X	-	7.056	X	-
Ovos (mil dúzias)									
Produção	947.814	143.235	15,1	970.906	151.513	15,6	974.154	152.011	15,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha. Notas: 1. Os dados do 2º trimestre de 2020 são referentes aos primeiros resultados das respectivas pesquisas. 2. Os primeiros resultados das pesquisas trimestrais da pecuária passaram a ser divulgados a partir do 1º trimestre de 2018 apenas no nível Brasil. São dados prévios, que podem sofrer alterações até a divulgação dos resultados do trimestre de referência. 3. Os dados do ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos dados do 1º trimestre de 2021.

Referências

IBGE. Indicadores IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: julho 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2020_jul.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados, abr.-jun. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3087/epp_pr_2020_2tri.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

3 Produção Industrial

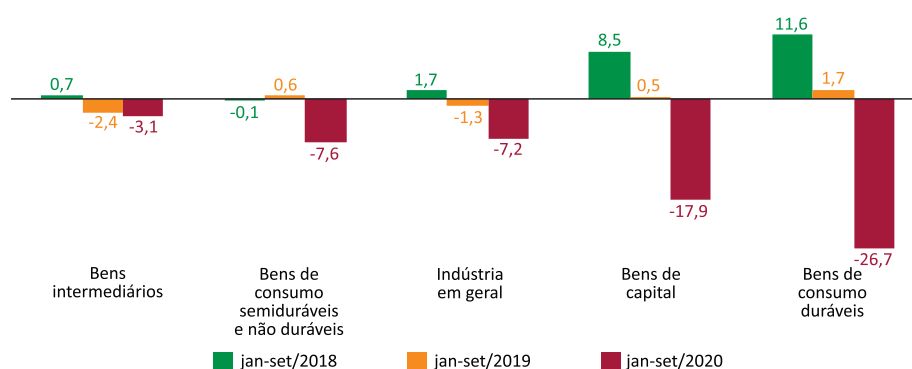
A produção industrial avançou 2,6% em setembro de 2020, frente ao mês anterior, quinto mês consecutivo de expansão, nesta base de comparação, o que eliminou toda a perda de 27,1% acumulada entre março e abril, diante da pandemia do Coronavírus. Assim, no patamar de setembro, a atividade industrial do País se encontrava 0,2% acima do observado em fevereiro de 2020, quando ainda não havia sido afetada pela pandemia de COVID-19.

Em relação a setembro de 2019, a atividade da indústria subiu 3,4%, interrompendo dez meses de resultados negativos seguidos, nesta comparação. Portanto, com estes resultados, o setor apresentou recuo tanto para o fechamento do terceiro trimestre (-0,6%) quanto no acumulado do ano até setembro de 2020 (-7,2%). Na taxa acumulada de 12 meses, terminados em setembro, houve queda de 5,5%, frente a igual período anterior. Mesmo com o desempenho melhor, observado nos últimos meses, a indústria se encontra 15,9% abaixo do nível recorde, de maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil (PIM-PF/BR), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A redução de 7,2% na produção industrial do acumulado de janeiro a setembro deste ano, em relação a igual período de 2019, repercutiu taxas negativas nas quatro grandes categorias econômicas, em 20 dos 26 ramos, 64 dos 79 grupos e 68,4% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), a redução mais intensa se deu nos bens de consumo duráveis (-26,7%), pressionados pela menor fabricação de automóveis (-42,8%). Em seguida, aparecem os bens de capital (-17,9%) refletindo, em grande parte, a retração nos bens de capital para equipamentos de transporte (-32,3%) e para fins industriais (-12,0%). Ainda com queda mais acentuada do que a média nacional (-7,2%), estão os bens de consumo semi e não duráveis (-7,6%). Registrando a perda menos intensa do período, estão os bens intermediários (-3,1%). Comparando os primeiros nove meses de 2020 com o de anos anteriores (Gráfico 1), cabe verificar que, em geral, o desempenho da indústria se mostrou decrescente ao longo dos anos. Praticamente todas as categorias assinalaram resultados positivos em 2018. Apresentaram retração ou perda de ritmo em 2019. Mas todas registraram índices negativos em 2020.

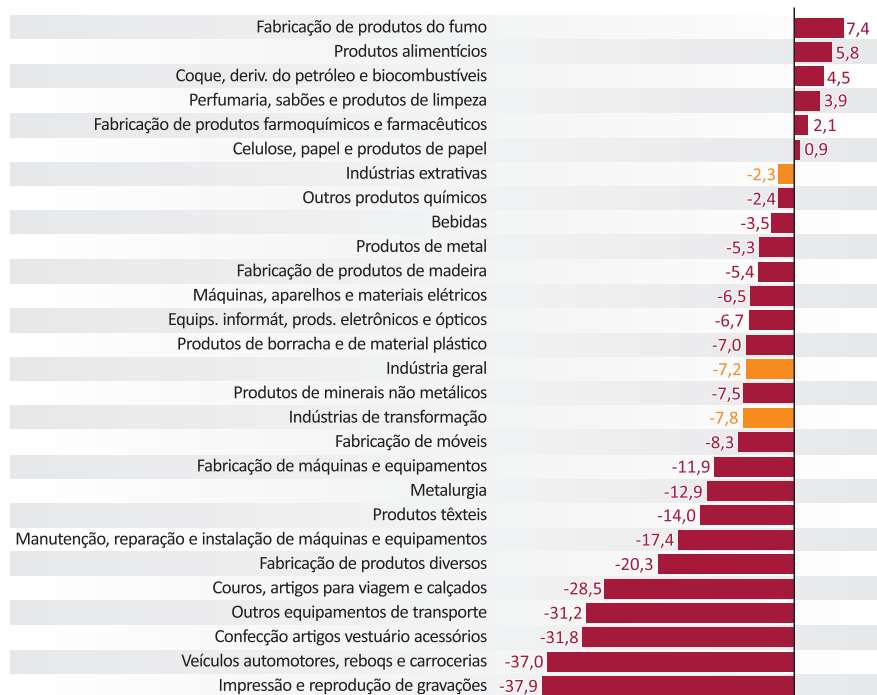
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Variação percentual acumulada no acumulado de janeiro a setembro, 2018, 2019 e 2020 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE

Em relação às atividades industriais, a produção extrativa foi menos negativa nos nove primeiros meses de 2020 (-2,3%) do que nos de 2019 (-9,8%). Em sentido oposto, a indústria de transformação passou de -0,1%, no acumulado de igual período de 2019, para -7,8%, em 2020, com 19 de suas 25 atividades registrando redução. Destacaram-se positivamente (Gráfico 2): produtos do fumo (+7,4%); alimentos (+5,8%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (+4,5%); sabões, cosméticos e perfumarias (+3,9%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+2,1%), e papel e celulose (+0,9%). Dentre as principais influências negativas: impressão e reprodução de gravações (-37,9%); veículos automotores, reboques e carrocerias (-37,0%); confecção, vestuário e acessórios (-31,8%); outros equipamentos de transporte (-31,2%); couro, artigos para viagem, calçados (-28,5%); produtos diversos (-20,3%); têxteis (-14,0%); metalurgia (-12,9%); máquinas e equipamentos (-11,9%), e móveis (-8,3%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - Acumulado janeiro a setembro de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Semelhantemente à pesquisa do IBGE, a Sondagem também identificou elevação na produção de setembro, com maior intensidade do que a registrada no mês anterior (de 58,7 pontos para 59,1). O mesmo comportamento foi observado no que se refere ao número de empregados (de 53,8 para 55,3 pontos).

A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) assinalou crescimento pelo quinto mês consecutivo, chegando a 72%, em setembro, após registrar o menor nível da série histórica (49%, no mês de abril). Esta evolução refletiu a melhora na atividade industrial e já supera, em 4 p.p. (pontos percentuais), o nível pré-crise, de 68%, em fevereiro de 2020.

Apesar do melhor desempenho observado nos meses mais recentes, a Pesquisa verificou redução nos índices de expectativas e, consequentemente, menor nível de otimismo, nos resultados captados em outubro deste ano: expectativa de demanda (de 63,1 pontos para 61,6); expectativa de quantidade exportada (de 55,4 para 54,8); de compras de matérias-primas (de 60,6 para 60,0), e a de número de empregados (de 54,8 para 54,4).

O índice de intenção de investimento apresenta trajetória de crescimento por seis meses seguidos (desde maio, 36,9 pontos), atingindo 57,2 pontos, em outubro, acima de sua média histórica (49,6 pontos), na série iniciada em novembro de 2013.

A seção da Pesquisa dedicada à análise trimestral apontou que houve significativo aumento no índice de situação financeira das empresas (de 42,5 para 52,4 pontos, do segundo para o terceiro trimestre), passando do nível de insatisfação para o de satisfação. O índice relativo ao lucro operacional subiu de 37,0 para 48,4 pontos, ainda refletindo insatisfação. O acesso ao crédito continua considerado como difícil, no terceiro trimestre de 2020, apesar da elevação em seu índice, de 33,1 para 41,5 pontos.

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao terceiro trimestre, refletiram também as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar, a falta ou alto custo da matéria-prima (indicada por 57,8% das empresas). Neste caso, contaram a redução dos estoques desde o início da pandemia, a desmobilização das cadeias produtivas e o descompasso entre a oferta e demanda de insumos com a rápida recuperação da atividade, além dos impactos do câmbio sobre os preços. Em seguida, aparecem a elevada carga tributária (37,2% dos respondentes) e a taxa de câmbio (31,6% das assinalações). A alta volatilidade e desvalorização do real, em relação ao dólar americano, explicam a terceira posição no ranking. Destacou-se, ainda, a “demanda interna insuficiente” que perdeu importância, passando da primeira para a quarta posição, dentre os problemas apontados, devido à flexibilização das medidas de isolamento social e reabertura do comércio que diminuiriam a restrição dos consumidores e possibilitaram a retomada da demanda e da atividade produtiva.

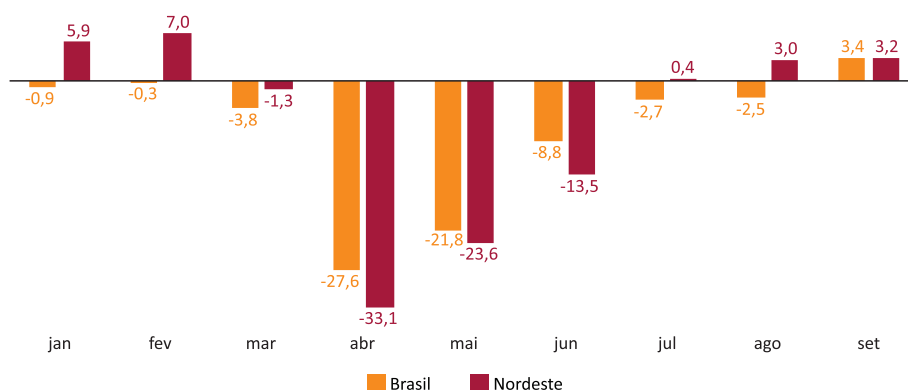
Para 2020, o Boletim Focus do Banco Central, vem amenizando a expectativa para a taxa de crescimento da produção industrial, de -5,49% para -5,34%, entre o segundo e o terceiro Relatórios divulgados no mês de novembro.

Produção Industrial do Nordeste

O nível de atividade industrial, do mês de setembro, refletiu ampliação do movimento de retorno parcial da produção de unidades, após as interrupções geradas por efeito da pandemia de Covid-19, em todo o País. Em relação ao mês anterior, houve avanço em 11 dos 15 locais divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Nordeste, esta elevação foi de 1,1%, ante 2,6%, no País. Estes resultados também contribuíram para um melhor desempenho, no que se refere a igual período do ano anterior. Em relação a setembro de 2019, as taxas foram de +3,2% (Nordeste) e +3,4% (Brasil). No acumulado dos nove primeiros meses do ano, contudo, as perdas ainda são observadas: -5,6%, no Nordeste, e -7,2% no País. Em 12 meses, terminados em setembro: -3,8% (Nordeste) e -5,5% (Brasil).

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a reação da produção industrial, ao longo do ano, diante da pandemia do Coronavírus que vem afetando a dinâmica econômica do País. O Gráfico 3 mostra que nos dois primeiros meses de 2020, a indústria, em especial do Nordeste, mostrava fôlego e chegou a se vislumbrar possibilidade de recuperação no ano (+5,9%, em janeiro e +7,0%, em fevereiro). Contudo, a crise sanitária começou a dar sinais em março (-1,3%) e agravou seus efeitos econômicos em abril (-33,1%), maio (-23,6%) e junho (-13,5%), embora assinalando redução das perdas desde maio. Observe que entre abril e junho, as retrações no Nordeste foram mais intensas do que na média nacional. Contudo, a partir de julho (+0,4%), houve reação industrial na Região, que passou a apresentar taxas positivas desde então. Em nível nacional, isto só foi possível em setembro: +3,4% (Brasil) e +3,2% (Nordeste).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) – Brasil e Nordeste – janeiro a setembro de 2020 (Base: igual mês do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Depreende-se do Gráfico 3 que, seja para País, seja para Região, o mês de abril foi o mais severo em termos de impactos da pandemia sobre a atividade industrial, mas as medidas de flexibilização do isolamento e retorno gradativo das atividades comerciais voltaram a dinamizar toda a economia. Desta forma, o nível de produção industrial já retomou os patamares anteriores ao da crise sanitária. A Tabela 1 ilustra esta percepção, mostrando que no terceiro trimestre do ano, a indústria, em especial do Nordeste, mostrou melhor dinâmica na busca da recuperação das perdas do segundo trimestre.

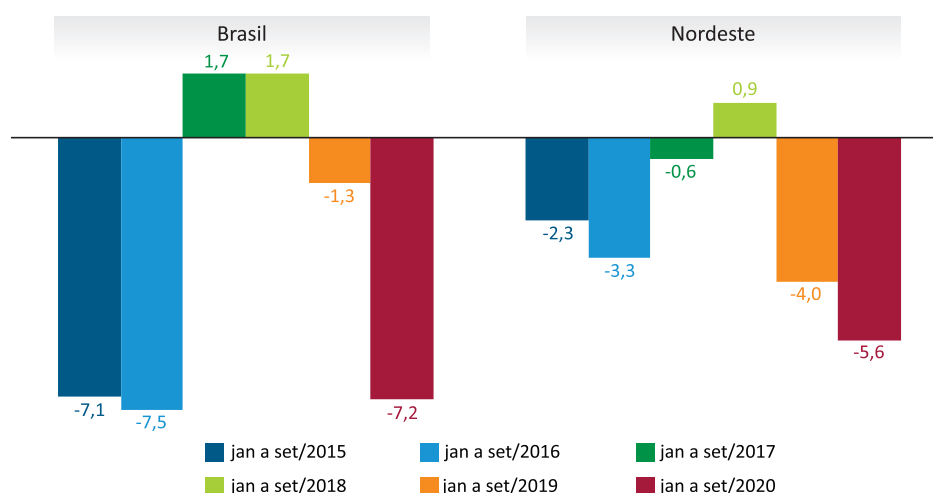
Tabela 1 – Taxa de crescimento da produção industrial trimestral (%) – Brasil e Nordeste - 1º, 2º e 3º trimestres de 2020 (Base: igual período do ano anterior)

	1º Tri/20	2º Tri/20	3º Tri/20
Brasil	-1,7	-19,4	-0,6
Nordeste	4,0	-23,6	2,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Buscando melhor avaliar o desempenho industrial recente, o Gráfico 4 apresenta uma comparação dos resultados dos nove primeiros meses dos anos de 2015 a 2020. Neste, observa-se que após as reduzidas taxas nos anos recessivos de 2015 e 2016, Brasil e Nordeste buscaram recuperação, com o País logrando crescimento em 2017 (+1,7%) e 2018 (+1,7%), mas a Região chegou a alcançar taxas positivas apenas em 2018 (+0,9%). Em 2019, as dificuldades se agravaram e houve queda tanto em nível nacional (-1,3%), quanto regional (-4,0%). Em 2020, a crise sanitária afetou ainda mais o quadro econômico, levando a reduções mais intensas na indústria, de -7,2%, no Brasil, e -5,6%, no Nordeste. Assim, em 6 anos, para o acumulado dos nove primeiros meses do ano, a taxa de crescimento da produção industrial, na Região, mostrou resultado positivo apenas uma vez, em 2018 (+0,9%).

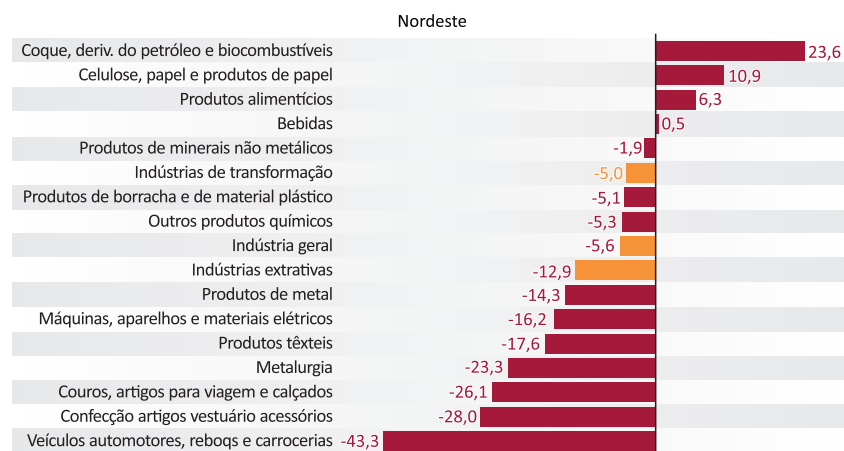
Gráfico 4 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – acumulado jan-set, 2015 a 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado dos primeiros nove meses de 2020, além da retração na indústria extrativa (-2,3%), a taxa nacional (-7,2%) foi puxada principalmente pela queda na indústria de transformação (-7,8%). No contexto regional (-5,6%), a redução na indústria extrativa (-12,9%) foi ainda maior do que na de transformação (-5,0%). Dentre as 14 atividades pesquisadas da indústria de transformação regional, apenas 4 assinalaram elevação na taxa de janeiro a setembro (Gráfico 5): coque e derivados do petróleo (+23,6%); celulose e papel (+10,9%); alimentos (+6,3%), e Bebidas (+0,5%). Negativamente, se apresentaram: veículos, reboques e carrocerias (-43,3%); confecção e acessórios (-28,0%); couro, artigos para viagem e acessórios (-26,1%); metalurgia (-23,3%); produtos têxteis (-17,6%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-16,2%); produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-14,3%); outros produtos químicos (-5,3%); produtos de borracha e plástico (-5,1%); produtos de minerais não metálicos (-1,9%).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a Sondagem também identificou o aumento da produção em setembro (57,8 pontos), frente ao mês anterior. O número de empregados ficou acima dos 50 pontos pela segunda vez desde novembro de 2019 (50,2 pontos), registrando elevação no emprego (54,3 pontos). A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) cresceu pelo quinto mês seguido, em setembro, de 68% para 69%. Com este avanço, a indústria regional retomou o nível de capacidade observado antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020), mas se encontra 2 p.p. abaixo do patamar de setembro de 2019 (71%).

Em sua maioria, os índices de expectativa da Região, captados em outubro, registraram diminuições, e reduziram a percepção de otimismo: expectativa de demanda (de 63,6 para 60,1); quantidade exportada (de 55,7 para 56,3); compra de matérias-primas (de 59,8 para 58,6), e número de empregados (de 54,5 para 53,1). O índice de “intenção de investimento” que passou de 53,4 para 52,9 pontos, ainda ficou acima da média da série iniciada em novembro de 2013 (51,1 pontos).

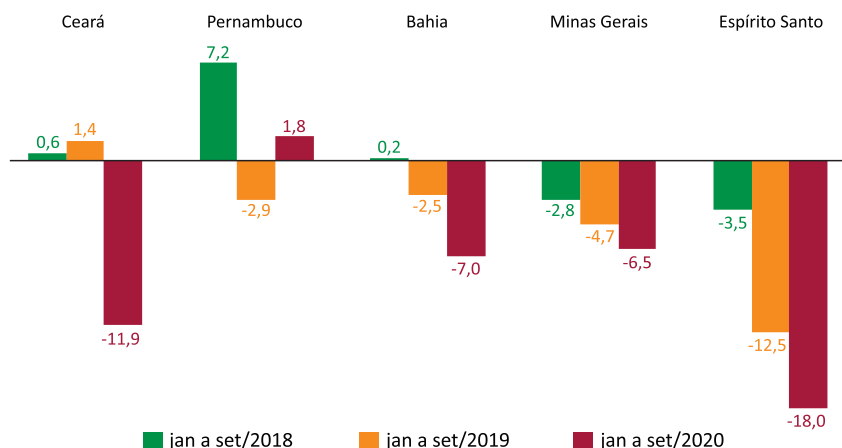
Para os resultados referentes ao terceiro trimestre do ano, em relação aos índices de condições financeiras das empresas do Nordeste, a pesquisa verificou que houve avanços, mas ainda expressam insatisfação com o lucro operacional (de 33,3 para 45,2 pontos) e com a situação financeira (de 37,6 para 48,9). O acesso ao crédito, continua considerado como muito difícil (de 32,7 para 38,2 pontos), e abaixo do nível pré-crise (43,4 pontos, no 4º trimestre de 2019).

Produção Industrial nos Estados da área de atuação do Banco do Nordeste

O nível de atividade industrial assinalou ampliação do movimento de retorno à produção, na passagem de agosto para setembro de 2020, após a diminuição do ritmo de produção em função da pandemia de Covid-19, no País. Contudo, o resultado acumulado no ano ainda reflete elevados recuos. De janeiro a setembro de 2020, frente ao mesmo período de 2019, apenas três dos locais pesquisados no Brasil (-7,2%) lograram crescimento: Goiás (+2,5%), Rio de Janeiro (+2,2%) e Pernambuco (+1,8%). Com exceção de Pernambuco (+1,8%), os demais locais pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB) registraram reduções: Região Nordeste (-5,6%); Minas Gerais (-6,5%); Bahia (-7,0%); Ceará (-11,9%), e Espírito Santo (-18,0%), que assinalou a retração mais intensa do País, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A evolução da indústria nos Estados correspondentes à área de atuação do BNB pode ser observada no Gráfico 6, quanto à produção acumulada de janeiro a setembro, dos anos de 2018 a 2020. Nos primeiros nove meses de 2018 e/ou 2019, os Estados da Região Nordeste apresentaram taxas positivas, em diferentes níveis. No entanto, o surgimento do Coronavírus e as consequências do isolamento social sobre a atividade econômica, em geral, passaram a ameaçar o desempenho da Região, levando a significativas perdas em 2020 (exceto em Pernambuco). Para Minas Gerais (-6,5%) e Espírito Santo (-18,0%), este foi o terceiro ano consecutivo com resultados industriais negativos, quando a repercussão da pandemia se somou à do rompimento da barragem de Brumadinho.

Gráfico 6 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a setembro, de 2018 a 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado do ano de 2020, ocupando a terceira melhor posição do País, Pernambuco (+1,8%) foi o único Estado da área de atuação do BNB que observou desempenho positivo, impulsionado, principalmente, pelo comportamento da indústria de alimentos. No período, avançou em 6, das 12 atividades pesquisadas, relativas à indústria de transformação (Gráfico 7): alimentos (+14,9%); produtos de borracha e plástico (+8,9%); sabões e cosméticos (+6,6%); bebidas (+4,4%); produtos de metal (+2,1%), e têxteis (+0,7%). Reduziram-se: outros equipamentos de transporte (-75,3%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-14,3%); metalurgia (-7,9%); celulose e papel (-6,3%); produtos de minerais não metálicos (-5,6%), e outros produtos químicos (-3,2%).

Gráfico 7 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Pernambuco – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)

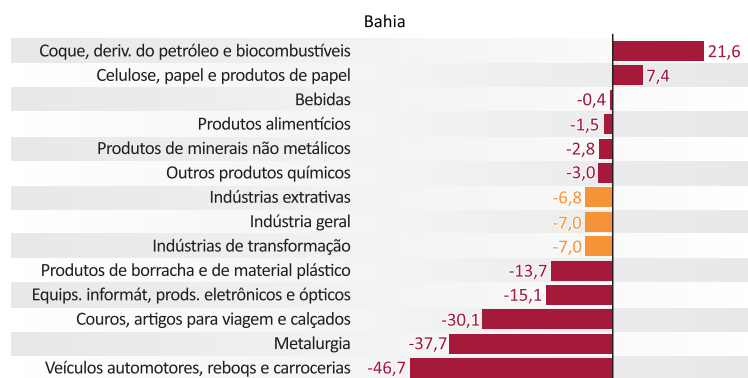


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O recuo na Bahia (-7,0%) refletiu reduções tanto na indústria de transformação (-7,0%), quanto na extrativa (-6,8%), conforme Gráfico 8. Na seção de transformação, avançaram 2 das 11 atividades: coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (+21,6%), e celulose e papel (+7,4%). Recuaram: veículos,

reboques e carrocerias (-46,7%); metalurgia (-37,7%); couro, artigos para viagem e calçados (-30,1%); equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (-15,1%); produtos de borracha e plástico (-13,7%); outros produtos químicos (-3,0%); produtos de minerais não metálicos (-2,8%); alimentos (-1,5%), e bebidas (-0,4%).

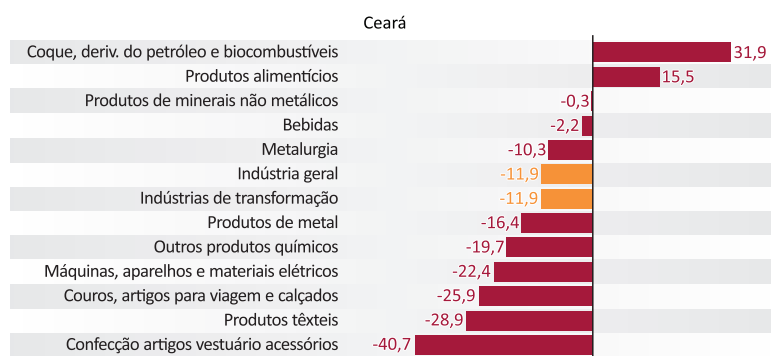
Gráfico 8 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Ceará, que também reflete apenas o desempenho da indústria de transformação (Gráfico 9), vem registrando taxas positivas nos meses mais recentes, contudo, no acumulado dos nove primeiros meses (-11,9%) assinala o segundo menor resultado do País. Dentre as 11 atividades pesquisadas, apenas 2 cresceram no acumulado de 2020: coque e derivados do petróleo (+31,9%) e alimentos (+15,5%). Recuaram: confecções, vestuários e acessórios (-40,7%); têxteis (-28,9%); couro, artigos para viagem e calçados (-25,9%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-22,4%); outros produtos químicos (-19,7%); produtos de metal (-16,4%); metalurgia (-10,3%); bebidas (-2,2%), e produtos de minerais não metálicos (-0,3%).

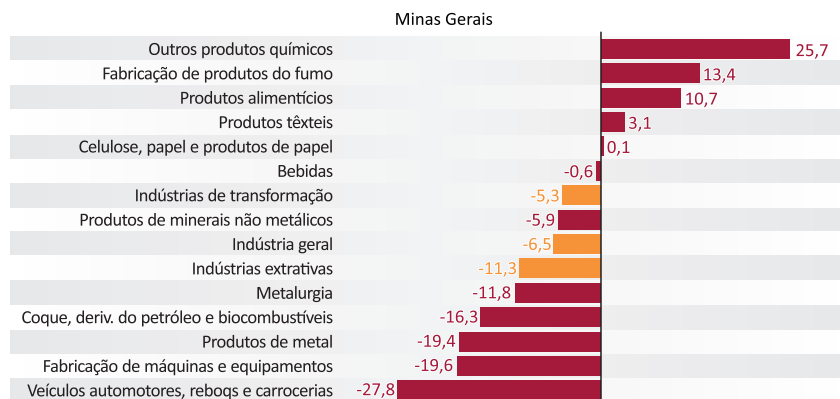
Gráfico 9 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Ceará – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em Minas Gerais (-6,5%), o Gráfico 10 aponta que o resultado foi principalmente puxado pela indústria extrativa (-11,3%), mas também houve retração na indústria de transformação (-5,3%), pressionada pela diminuição em 7 das 12 atividades pesquisadas: veículos, reboques e carrocerias (-27,8%); máquinas e equipamentos (-19,6%); produtos de metal (-19,4%); coque e derivados do petróleo (-16,3%); metalurgia (-11,8%); produtos de minerais não metálicos (-5,9%), e bebidas (-0,6%). Registraram aumento: outros produtos químicos (+25,7%); produtos do fumo (+13,4%); alimentos (+10,7%); têxteis (+3,1%), e celulose e papel (+0,1%).

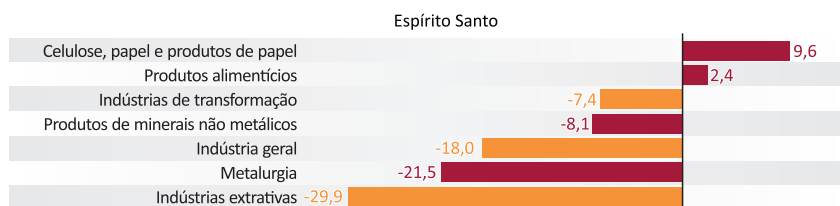
Gráfico 10 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Minas Gerais – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O recuo na indústria do Espírito Santo (-18,0%), menor resultado do País, foi influenciado, principalmente, pela indústria extrativa (-29,9%), mas conforme se observa no Gráfico 11, houve forte redução também na indústria de transformação (-7,4%). Nesta, registrou elevação em 2 de suas 4 atividades pesquisadas: celulose e papel (+9,6%), e alimentos (+2,4%). Em seguida, vieram: produtos de minerais não metálicos (-8,1%), e metalurgia (-21,5%).

Gráfico 11 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Espírito Santo – acumulado jan-set de 2020 (Base: igual período do ano anterior)

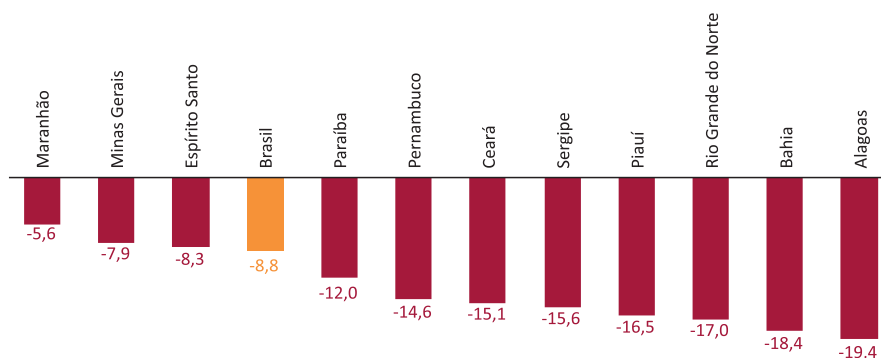


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

4 Setor de Serviços

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional registrou declínio de -7,2% em setembro de 2020, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em contrapartida, no que concerne à análise da série dessazonalizada, comparando-se setembro de 2020 com agosto do mesmo ano, verificou-se crescimento de 1,8%. Em relação ao acumulado de janeiro a setembro de 2020, constatou-se queda de -8,8% (Gráfico 1), e no acumulado dos últimos 12 meses, registrou-se uma retração de -6,0%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços - Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2020 a setembro/2020.

No que tange às atividades, os Serviços prestados às famílias declinaram -38,6% no Brasil no acumulado de janeiro a setembro de 2020, seguido por Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,8%); Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,6%); e Serviços de informação e comunicação (-2,5%). Todavia, somente a atividade Outros serviços apresentou crescimento de 6,1% no acumulado do ano, em conformidade com a Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernam- buc	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-38,6	-41,6	-49,4	-45,9	-35,3	-35,5
Serviços de alojamento e alimentação	-40,2	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-30,0	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-2,5	-1,7	-5,0	-9,6	-5,8	-8,7
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-0,1	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-3,7	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	6,5	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-19,8	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-11,8	-7,4	-11,8	-14,2	2,0	-12,4
Serviços técnico-profissionais	-6,3	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-13,7	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-8,6	-22,5	-9,6	-16,4	-10,4	-3,2
Transporte terrestre	-13,0	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	11,2	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-37,6	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correios	2,2	-	-	-	-	-
Outros serviços	6,1	4,3	-6,1	-17,8	-1,8	-7,7
Total	-8,8	-15,1	-14,6	-18,4	-7,9	-8,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Notas (1): Variação acumulada de janeiro/2020 a setembro/2020. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Em relação às subatividades a nível nacional, as únicas variações positivas foram percebidas em três delas: Transporte aquaviário (+12,7%); Serviços da tecnologia da informação (+6,8%); e Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correios (+2,0%). Em contraste, Serviços de alojamento e alimentação (-39,7%); Transporte aéreo (-37,7%); e Outros serviços prestados às famílias (-29,8%) foram as três maiores variações negativas, vide Tabela 1.

Analisando a variação acumulada sobre o volume de serviços, certifica-se que o País e os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram declínio em seus números, o que reflete a atual recessão econômica. Maranhão (-5,6%), Minas Gerais (-7,9%) e Espírito Santo (-8,3%) foram os únicos Estados a obter queda inferior à do Brasil (-8,8%). Em contrapartida, os Estados que registraram quedas maiores do que a média nacional foram: Paraíba (-12,0%), Pernambuco (-14,6%), Ceará (-15,1%), Sergipe (-15,6%), Piauí (-16,5%), Rio Grande do Norte (-17,0%), Bahia (-18,4%) e Alagoas (-19,4%), conforme mostra o Gráfico 1.

O IBGE analisa os grupos de atividades do setor de serviços para cinco Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, apenas Outros serviços apresentou crescimento (+4,3%). Em contrapartida, ocorreram declínios acentuados em Serviços prestados às famílias (-41,6%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (-22,5%). Em Pernambuco, nenhum dos grupos de atividades apresentou resultados positivos, sendo que as maiores quedas ocorreram em Serviços prestados às famílias (-49,4%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,8%), como especificado na Tabela 1.

Na Bahia, verificaram-se retrações em todos os serviços analisados, sendo Serviços prestados às famílias (-45,9%) e Outros serviços (-17,8%) os mais afetados. Minas Gerais apresentou expansão em Serviços profissionais, administrativos e complementares (2,0%), porém obteve retrações nas outras atividades, sendo as maiores quedas registradas em Serviços prestados às famílias (-35,3%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-10,4%). Espírito Santo apresentou retrações em todos as atividades de serviços, com as maiores quedas em Serviços prestados às famílias (-35,5%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-12,4%).

Quanto à movimentação no emprego no segmento de Serviços no Brasil, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, verificou-se saldo negativo de 424.815 postos de trabalho. Tal resultado foi consequência dos 4,6 milhões de admitidos e 5,0 milhões de desligados no setor de Serviços.

Entre os Estados do Nordeste, com exceção do Maranhão que obteve um saldo positivo de 5.902 empregos formais em Serviços, as demais Unidades Federativas obtiveram saldos negativos no acumulado de janeiro a setembro de 2020.

O Estado com o maior saldo negativo foi a Bahia, que registrou perda de -22.467 postos no período em análise, seguido por Pernambuco (-14.170), Paraíba (-7.293), Ceará (-6.008), Sergipe (-5.058), Rio Grande do Norte (-4.835), Piauí (-3.651) e Alagoas (-2.836), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Movimentação do emprego em Serviços - Número de pessoas

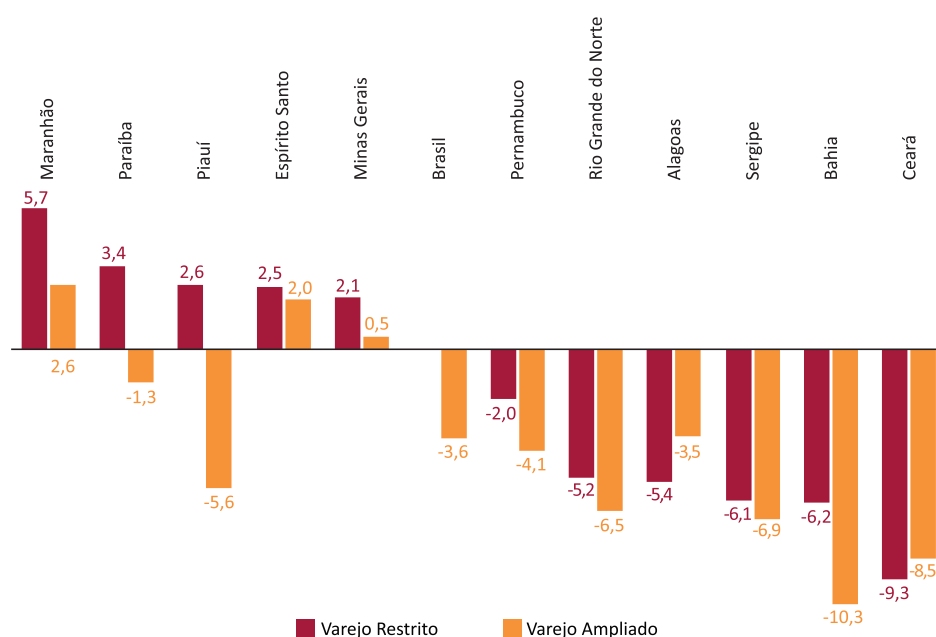
Região/Estado/País	Janeiro a Setembro		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	43.786	37.884	5.902
Piauí	20.142	23.793	-3.651
Ceará	113.394	119.402	-6.008
Rio Grande do Norte	36.702	41.537	-4.835
Paraíba	31.299	38.592	-7.293
Pernambuco	114.944	129.114	-14.170
Alagoas	24.903	27.739	-2.836
Sergipe	18.927	23.985	-5.058
Bahia	155.396	177.863	-22.467
Brasil	4.639.077	5.063.892	-424.815

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

5 Varejo

O comércio varejista restrito nacional não apresentou crescimento no acumulado de janeiro a setembro de 2020, ficando o índice em 0,0% (Gráfico 1). Na comparação do mês de setembro de 2020 com o mês imediatamente anterior, registrou-se um leve crescimento de 0,6%, mantendo o processo de reaquecimento da economia iniciado no mês de junho de 2020. Na comparação interanual do mês de setembro, o crescimento foi mais intenso, em 7,3%, já no acumulado dos últimos 12 meses, o setor registrou incremento modesto de 0,9%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e Estados selecionados - Acumulado em 2020 ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Variação acumulada de janeiro/2020 a setembro/2020.

O varejo ampliado nacional, que inclui o restrito adicionado da comercialização de veículos e material de construção, apresentou queda de 3,6% no acumulado de 2020 (Gráfico 1), e alta de 1,2%, em setembro de 2020, em relação a agosto do mesmo ano, e de 7,4% na comparação interanual do mês de setembro. No acumulado dos últimos 12 meses, o varejo ampliado caiu 1,4%.

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os segmentos que registraram crescimento no acumulado de 2020 foram: Móveis e eletrodomésticos (+9,4%), Material de construção (+7,9%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,5%) e por fim, Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+5,5%). Em contrapartida, as atividades que obtiveram resultados negativos foram: Tecidos, vestuário e calçados (-30,6%), Livros, jornais, revistas e papelaria (-30,5%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-18,2%), Veículos, motocicletas, partes e peças (-18,1%), Combustíveis e lubrificantes (-11,0%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,5%), de acordo com a Tabela 1.

Em relação ao comportamento do varejo restrito nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), apenas cinco registraram expansões: Maranhão (+5,7%), que apresentou o maior crescimento do grupo, seguido pelos Estados da Paraíba (+3,4%), Piauí (+2,6%), Espírito Santo (+2,5%) e Minas Gerais (+2,1%). A média nacional não registrou crescimento (0,0%). Em contraste, apresentaram retrações no acumulado até setembro deste ano: Pernambuco (-2,0%), Rio Grande do Norte (-5,2%), Alagoas (-5,4%), Sergipe (-6,1%), Bahia (-6,2%) e Ceará (-9,3%).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - Acumulado em 2020 ⁽¹⁾

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	0,0	-9,3	-2,0	-6,2	2,1	2,5
Combustíveis e lubrificantes	-11,0	-14,1	-6,1	-9,2	-9,9	-14,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,5	1,8	0,6	-0,4	4,5	9,9
Hipermercados e supermercados	6,6	4,2	3,4	1,8	5,9	12,4
Tecidos, vestuário e calçados	-30,6	-33,6	-26,8	-40,3	-16,9	-7,1
Móveis e eletrodomésticos	9,4	-23,7	30,5	13,3	3,0	1,2
Móveis	8,8	-16,4	3,8	14,5	9,5	-1,9
Eletrodomésticos	9,7	-28,6	40,8	12,5	1,8	-1,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,5	-3,0	7,0	0,2	10,9	3,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-30,5	-20,4	-42,3	-41,8	-32,9	-24,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,2	-2,3	-13,7	-26,9	-1,3	-6,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,5	-11,9	-6,5	-16,6	3,2	-13,2
Comércio varejista ampliado	-3,6	-8,5	-4,1	-10,3	0,5	2,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	-18,1	-10,4	-11,3	-28,7	-6,7	-6,0
Material de construção	7,9	4,5	1,7	11,7	1,6	51,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2020 a setembro/2020.

Na análise do varejo ampliado, nota-se que os Estados, quando comparados com a média nacional (-3,6%), apresentaram crescimento e contrações no acumulado do ano até setembro de 2020. Os Estados com quedas maiores que a média nacional foram: Bahia (-10,3%), Ceará (-8,5%), Sergipe (-6,9%), Rio Grande do Norte (-6,5%), Piauí (-5,6%) e Pernambuco (-4,1%), enquanto Alagoas (-3,5%) e Paraíba (-1,3%) apresentaram declínios de menor intensidade. Os demais Estados apresentaram crescimento: Maranhão (2,6%), Espírito Santo (2,0%) e Minas Gerais (0,5%), conforme o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, apenas Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+1,8%) e Material de construção (+4,5%) apresentaram crescimento no acumulado de 2020. A atividade com o pior resultado no Estado foi de Tecidos, vestuário e calçados, que apresentou retração de 33,6%. Em Pernambuco, Móveis e eletrodomésticos (+30,5%) foi a atividade que apresentou maior crescimento. Em Minas Gerais, o maior incremento verificou-se em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+10,9%). No Espírito Santo, a atividade com maior alta foi a de Material de construção, com expansão de 51,6%.

Quanto ao mercado de trabalho no setor comercial, verificou-se saldo negativo na movimentação de trabalhadores, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, no Brasil (-346 mil empregados), no Nordeste (-50 mil empregados) e em todos os Estados dessa Região, conforme especificado na Tabela 2.

Os declínios mais expressivos ocorreram na Bahia (-15.792), Pernambuco (-11.763) e Ceará (11.273). Seguiram Sergipe (-3.054), Paraíba (-2.920), Rio Grande do Norte (-2.097), Alagoas (-1.979), Piauí (-1.888) e Maranhão (-39), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Comércio: Movimentação de trabalhadores no Brasil, Nordeste e Estados selecionados - Janeiro a setembro de 2020

Região/Estado/País	Janeiro a Setembro		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	33.272	33.311	-39
Piauí	14.945	16.833	-1.888
Ceará	51.796	63.069	-11.273
Rio Grande do Norte	21.576	23.673	-2.097
Paraíba	20.920	23.840	-2.920
Pernambuco	54.092	65.855	-11.763
Alagoas	15.844	17.823	-1.979
Sergipe	10.738	13.792	-3.054
Bahia	80.302	96.094	-15.792
Nordeste	303.485	354.290	-50.805
Brasil	2.344.769	2.691.661	-346.892

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Consulta realizada em 02.12.2020.

A Confederação Nacional da Indústria, Comércio e Turismo (CNC) avalia que a tendência para o último trimestre de 2020 é de que, as taxas mensais de crescimento sejam menores do que aquelas registradas até agosto. A redução no valor do auxílio emergencial a partir de setembro e as incertezas relativas à regeneração do mercado de trabalho deverão contribuir para um crescimento mais lento neste fim de ano.

Diante deste cenário, a CNC projeta crescimento de +1,9% no volume de vendas do comércio em 2020. Por outro lado, no conceito ampliado, que inclui os ramos automotivo e de materiais de construção, a entidade projeta queda de 3,6%.

6 Turismo

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume das atividades turísticas do Brasil avançou 11,5% na comparação de setembro de 2020 com o mês imediatamente anterior. Na comparação interanual, setembro deste ano frente ao mesmo mês do ano anterior, a taxa de variação apresentou queda expressiva de -38,7%. No acumulado de 2020, a taxa caiu -38,8%, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses finalizados em setembro de 2020, registrou-se contração de -27,7%, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) do volume das atividades turísticas - Brasil e Estados selecionados

Brasil/Estado	Mês/Mês anterior ¹			Interanual			Acumulado de 2020			Últimos 12 meses		
	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set	Jul	Ago	Set
Brasil	4,8	24,8	11,5	-56,2	-44,7	-38,7	-37,9	-38,8	-38,8	-20,9	-24,5	-27,7
Ceará	-26,4	79,7	18,2	-65,3	-49,1	-41,9	-43,5	-44,2	-43,9	-24,6	-28,4	-32,0
Pernambuco	25,1	16,2	17,8	-62,1	-54,7	-47,5	-41,5	-43,2	-43,7	-24,7	-29,4	-33,3
Bahia	-2,3	47,3	33,7	-72,7	-59,6	-44,5	-39,4	-41,8	-42,1	-22,8	-27,6	-30,8
Minas Gerais	-0,4	23,7	8,0	-53,5	-41,6	-36,7	-37,1	-37,6	-37,5	-19,6	-23,2	-26,6
Espírito Santo	9,7	18,4	14,4	-53,3	-41,7	-33,4	-38,2	-38,7	-38,1	-20,4	-24,3	-27,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O IBGE disponibiliza o índice de volume das atividades turísticas para cinco Estados dentre os onze pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), como demonstrado na Tabela 1. As únicas variações positivas registradas foram referentes à comparação mensal, considerando que a Bahia apresentou a maior variação para o mês de setembro, com um aumento de 33,7%, seguido do Ceará (18,2%) Pernambuco (17,8%), Espírito Santo (14,4%) e Minas Gerais (8,0%). Por outro lado, o Ceará registrou a maior queda no acumulado de 2020, com -43,9%, seguido de Pernambuco (-43,7%), Bahia (-42,1%), Minas Gerais (-37,5%) e Espírito Santo (-38,1%). Os maiores declínios no acumulado dos últimos doze meses ocorreram nos Estados do Nordeste: Pernambuco (-33,3%), Ceará (-32,0%) e Bahia (-30,8%).

Quanto à movimentação de passageiros nos aeroportos nacionais, verificaram-se expressivas retrações nos embarques (-68,7%) e desembarques (-68,6%) no acumulado de janeiro a setembro de 2020 em comparação com iguais meses de 2019, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 – Embarques e desembarques em aeroportos do Brasil e Regiões

Brasil/Região	Embarque			Desembarque		
	Jan/Set 2019	Jan/Set 2020	Var. (%)	Jan/Set 2019	Jan/Set 2020	Var. (%)
Norte	5.374.283	1.928.535	-64,1	5.220.270	1.915.294	-63,3
Nordeste	18.646.286	6.348.187	-66,0	18.540.614	6.136.943	-66,9
Centro-Oeste	12.360.648	3.794.156	-69,3	12.318.665	3.884.854	-68,5
Sudeste	46.351.284	14.148.684	-69,5	46.380.621	14.451.200	-68,8
Sul	24.327.339	7.273.717	-70,1	24.332.331	7.188.105	-70,5
Brasil	107.059.840	33.493.279	-68,7	106.792.501	33.576.396	-68,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Os desembarques internacionais de passageiros no Brasil diminuíram para 2,9 milhões no acumulado de janeiro a setembro de 2020, ante 11,6 milhões nos nove primeiros meses de 2019, queda de 74,8%.

Os desembarques domésticos diminuíram para 30,6 milhões de janeiro a setembro de 2020, em comparação com 95,1 milhões de passageiros no mesmo período de 2019, implicando retração de 67,8%. O Sudeste foi a Região com as maiores quantidades de embarques (14,1 milhões) e desembarques (14,5 milhões) no acumulado de janeiro a setembro de 2020, tendo, contudo, registrado quedas de 69,5% para embarques e de 68,8% para desembarques. A Região Sul foi a que registrou o maior declínio, tanto nos

embarques (-70,1%) quanto nos desembarques (-70,5%). O Nordeste ficou em terceiro na movimentação de passageiros, sendo 6,3 milhões de embarques e 6,1 milhões de desembarques. Seguiram Centro-Oeste (3,8 milhões de embarques e 3,9 milhões de desembarques) e Norte (1,9 milhão de embarques e 1,9 milhão de desembarques).

Em relação à movimentação de passageiros nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), Minas Gerais apresentou a maior quantidade de embarques no período de Janeiro a setembro de 2020, com 1,77 milhão de passageiros, porém com declínio de -71,5% em comparação a iguais meses de 2019. Seguiram a Bahia (1,74 milhão de embarques, queda de -65,8%), Pernambuco (1,64 milhão de embarques, -64,5%), Ceará (1,18 milhão de embarques, -69,1%), Espírito Santo (502 mil, -69,2%), Rio Grande do Norte (405 mil, -65,2%), Maranhão (323 mil, -66,7%), Alagoas (372 mil, -64,5%), Paraíba (272 mil, -62,9%), Piauí (201 mil embarques, -65,4%) e Sergipe (200 mil embarques, -64,5%), conforme a Tabela 3.

Quanto aos números de desembarques, os Estados com as maiores movimentações para os nove primeiros meses de 2020 foram: Minas Gerais (1,82 milhão de desembarques, queda de -70,7%), Bahia (1,65 milhão, -67,4%), Pernambuco (1,62 milhão, -65,1%), Ceará (1,16 milhão, -69,5%), Espírito Santo (486 mil, -69,9%), Rio Grande do Norte (382 mil, -66,9%), Maranhão (312 mil, -67,2%), Alagoas (352 mil, -66,4%), Paraíba (266 mil, -63,3%), Piauí (201 mil embarques, -65,8%) e Sergipe (200 mil embarques, -65,6%), conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 – Embarques e desembarques em aeroportos dos Estados e Região

Estado/Região	Embarque			Desembarque		
	Jan/Set 2019	Jan/Set 2020	Var. (%)	Jan/Set 2019	Jan/Set 2020	Var. (%)
Alagoas	1.049.392	372.378	-64,5	1.047.292	351.727	-66,4
Bahia	5.096.530	1.742.274	-65,8	5.085.102	1.657.216	-67,4
Ceará	3.851.155	1.188.201	-69,1	3.812.808	1.162.721	-69,5
Maranhão	970.906	323.445	-66,7	952.257	312.116	-67,2
Paraíba	731.865	271.526	-62,9	725.706	266.298	-63,3
Pernambuco	4.635.419	1.644.201	-64,5	4.638.195	1.618.995	-65,1
Piauí	582.576	201.318	-65,4	578.917	197.779	-65,8
Rio Grande do Norte	1.165.424	405.019	-65,2	1.152.259	381.596	-66,9
Sergipe	563.019	199.825	-64,5	548.078	188.495	-65,6
Nordeste	18.646.286	6.348.187	-66,0	18.540.614	6.136.943	-66,9
Minas Gerais	6.235.807	1.778.007	-71,5	6.233.492	1.825.548	-70,7
Espírito Santo	1.629.119	502.273	-69,2	1.613.846	485.509	-69,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Registre-se ainda que o Brasil apresentou saldo negativo de -347.792 vagas de postos de trabalho no setor de Alojamento e Alimentação, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, fruto de 451.870 admissões e 799.662 desligamentos.

O Nordeste, por sua vez, apresentou saldo negativo de -56.230 vagas nos nove primeiros meses de 2020, sendo 57.606 admissões e 113.836 desligamentos no setor de Alojamento e Alimentação. Seguem os saldos nos Estados do Nordeste no setor de Alojamento e Alimentação: Bahia (-20.902), Pernambuco (-11.442), Ceará (-9.019), Rio Grande do Norte (-3.999), Alagoas (-2.778), Paraíba (-2.394), Maranhão (-1.956), Sergipe (-1.893) e Piauí (-1.847), conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Admitidos e desligados no setor de Alojamento e Alimentação - Número de pessoas

Estado/Região/País	Janeiro a Setembro de 2020		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	3.395	5.351	-1.956
Piauí	2.268	4.115	-1.847
Ceará	11.479	20.498	-9.019
Rio Grande do Norte	4.805	8.804	-3.999
Paraíba	3.689	6.083	-2.394
Pernambuco	11.023	22.465	-11.442
Alagoas	3.751	6.529	-2.778
Sergipe	1.857	3.750	-1.893
Bahia	15.339	36.241	-20.902
Nordeste	57.606	113.836	-56.230
Brasil	451.870	799.662	-347.792

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Consulta em 27.11.2020.

7 Mercado de Trabalho

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no Brasil, as demissões superaram as contratações com carteira assinada em 566.128 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Foram 11.248.962 desligamentos e 10.686.834 contratações.

No País, três dos cinco grupos das atividades econômicas apresentaram desempenho negativo no acumulado dos primeiros nove meses de 2020.

O setor dos Serviços (-424.815 empregos) obteve o maior fechamento líquido de postos de trabalho no acumulado de janeiro a setembro de 2020. O saldo negativo foi distribuído principalmente nas atividades de alojamento e alimentação (-350.395 postos). Em menor proporção, registraram perda de emprego Transporte, armazenagem e correio (-86.270 postos) e Outros serviços (-55.011). No período em análise, Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+65.906) e Serviços domésticos (+8) registraram no saldo positivo de empregos.

O setor do Comércio apresentou extinção de -346.892 vagas no País, para o acumulado de janeiro a setembro de 2020. O Comércio varejista registrou as maiores perdas, extinção de 288.757 empregos, seguido por Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (-42.409) e Comércio atacadista (-15.726).

Por outro lado, no País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego de +103.031 vagas no acumulado de janeiro a setembro de 2020. No período em análise, o cultivo de café (+11.911), cana-de-açúcar (+16.143), soja (+12.747), manga (+4.562), criação de bovinos (+9.409) e aves (+5.194) foram as atividades agropecuárias que mais geraram emprego. Vide Tabela 1.

O setor da Construção civil originou 102.113 empregos formais no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade Obras de infraestrutura (+49.911) foi determinante para o início da retomada do setor da Construção Civil, tendo, mais de cinquenta por cento da geração de vagas decorrente do aumento de emprego na Construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas (+27.993). As subatividades Construção de edifícios (+27.092) e Serviços especializados para a construção (+25.110) também contribuíram com o saldo positivo na Construção Civil.

No mesmo período, a Indústria geral também registrou aumento no nível de emprego (+565). Entre as quatro subatividades pesquisadas, duas apresentaram saldo negativo para o acumulado de 2020: Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-1.425) e Indústria de transformação (-1.046). Já Indústria extrativa (+2.900 empregos) obteve saldo positivo, devido às vagas geradas nas atividades de Extração de minerais metálicos (+4.087) e não metálicos (+1.708). A subatividade Eletricidade e gás (+136 empregos) também obteve saldo positivo no período em análise.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica-Janeiro a setembro de 2020

Grupamento de Atividades Econômicas	Setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	68.597	61.186	7.411	0,47	667.998	561.967	103.031	6,93
Comércio	323.116	254.080	69.036	0,78	2.344.769	2.691.661	-346.892	-3,72
Construção	156.028	110.514	45.514	2,05	1.165.546	1.062.433	102.113	4,71
Indústria geral	295.626	184.333	111.293	1,50	1.869.444	1.868.879	565	0,01
Serviços	563.154	484.844	78.310	0,44	4.639.077	5.063.892	-424.815	-2,32
Não identificado		12	-12			130	-130	
Brasil	1.406.521	1.094.969	311.552	0,82	10.686.834	11.248.962	-566.128	-1,46

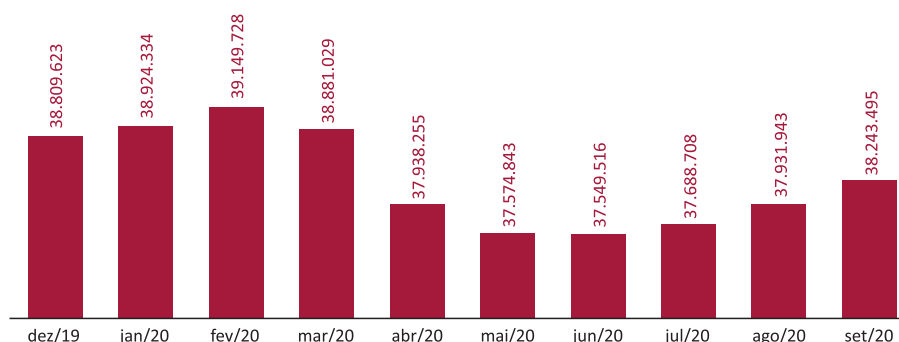
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Segundo o Ministério da Economia, o estoque de emprego no Brasil apresentou expansão nos meses de janeiro (+114.711 postos) e fevereiro (+225.394) de 2020. No entanto, de março a junho do ano corrente, grande parte influenciado pelos efeitos da pandemia na economia, o estoque contabilizou sucessivas perdas de postos de trabalho, reduzindo substancialmente o nível de emprego no País, conforme dados do Gráfico 1.

A partir de julho de 2020, o nível de emprego celetista no Brasil começa a apresentar expansão. Em setembro de 2020, foram computadas 1.406.521 admissões e 1.094.969 desligamentos, gerando saldo positivo de 311.552 postos de trabalho, contribuindo para o crescimento do estoque de emprego.

Portanto, a estimativa do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, contabilizou 38.243.495 empregos formais, até o mês de setembro de 2020, o que representa uma variação de 0,82% em relação ao estoque do mês anterior. A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes, conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do estoque de emprego - Janeiro a setembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Regionalmente, o Sudeste obteve o pior desempenho, com saldo negativo de -442.303 postos de trabalho para o acumulado do primeiro semestre de 2020. Na sequência, Nordeste (-101.342) e Sul (-72.199) também apresentaram recuo no nível de emprego para o mesmo período em análise. Por outro lado, Norte (+31.049) e Centro-Oeste (+18.578) registraram saldo de emprego positivo para o acumulado do ano.

Os resultados refletem, em grande medida, os efeitos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo - Janeiro a setembro de 2020

Brasil e Regiões	Setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Norte	66.888	46.165	20.723	1,16	488.227	457.178	31.049	1,74
Nordeste	217.886	132.341	85.545	1,39	1.384.090	1.485.432	-101.342	-1,59
Sudeste	707.488	581.932	125.556	0,64	5.563.953	6.006.256	-442.303	-2,19
Sul	296.250	234.587	61.663	0,87	2.259.846	2.332.045	-72.199	-1,00
Centro-Oeste	118.000	99.928	18.072	0,55	986.361	967.783	18.578	0,57
Não identificado	9	16	-7		4.357	268	89	
Brasil	1.406.521	1.094.969	311.552	0,82	10.686.834	11.248.962	-566.128	-1,46

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

O Nordeste reduziu o nível de emprego em 101.342 vagas, configurando a segunda Região que mais perdeu postos de trabalho no País, no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Considerando as 1.384.090 admissões e 1.485.432 desligamentos, conforme as informações da Tabela 3.

O resultado deriva do forte impacto da pandemia na economia da Região. Entre os cinco grupos da atividades econômica, três registraram saldo negativo no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Nesse período, Serviços (-60.416 postos) e o Comércio (-50.805 postos) tiveram significativas perdas de emprego formal. A Indústria geral (-71.746 postos) também foi afetada negativamente. Ao passo que, a Agropecuária (+12.262 postos) e a Construção civil (+12.143 postos) foram as atividades econômicas menos impactadas pela crise econômica, com geração do novos postos de emprego no acumulado do ano.

Tabela 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade - Janeiro a setembro de 2020

Atividade Econômica	Setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2020			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Agropecuária	16.186	7.253	8.933	3,43	82.863	70.601	12.262	4,77
Comércio	43.933	30.267	13.666	0,89	303.485	354.290	-50.805	-3,17
Construção Civil	30.811	18.888	11.923	2,74	209.820	197.677	12.143	2,79
Indústria	57.118	18.858	38.260	3,87	228.429	242.955	-14.526	-1,40
Serviços	69.838	57.075	12.763	0,43	559.493	619.909	-60.416	-2,00
Nordeste	217.886	132.341	85.545	1,39	1.384.090	1.485.432	-101.342	-1,59

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Segundo o Ministério da Economia, a queda no número de contratações na Região, nos meses de março e abril, contribuiu, de forma expressiva, para o saldo negativo de empregos formais no acumulado de 2020, conforme mostram os Gráficos 2 e 3.

Em março de 2020, mês de início das medidas de isolamento social devido à pandemia da Covid-19, o saldo de emprego formal no Nordeste ficou negativo em -65.840 postos. E, no mês de abril, verificou-se perda de -144.753 vagas de emprego.

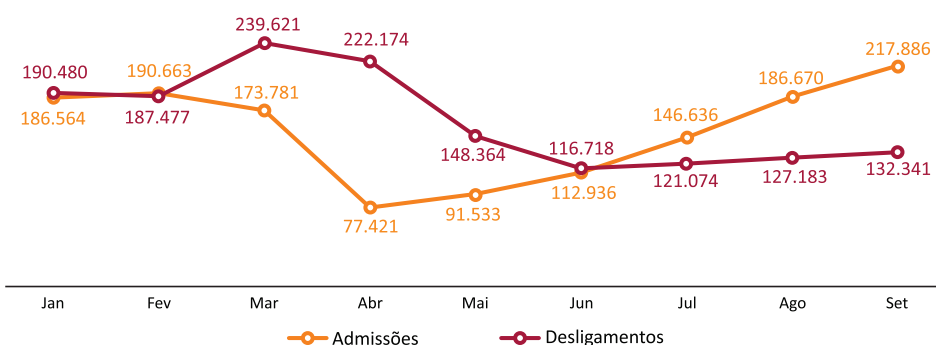
Nos meses de maio e junho de 2020, mesmo com aumento das contratações e redução das demissões, os saldos foram negativos, com extinção de -56.831 e -3.782 empregos, respectivamente.

A partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego formal na Região, ocorrendo saldos positivos nos meses subsequentes.

Em setembro de 2020, verifica-se a geração de +85.545 postos de trabalho na Região. Esse resultado decorreu das 217.886 admissões e dos 132.341 desligamentos.

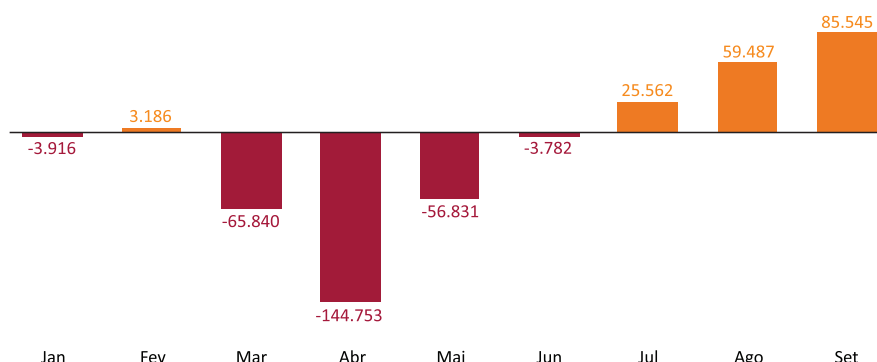
No entanto, o resultado absoluto das perdas de emprego no acumulado dos primeiros nove meses de 2020 é considerado alto, mas, demonstra que no Nordeste apresentou moderada retomada das contratações a partir de maio de 2020, conforme dados dos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução dos admitidos e desligados - Janeiro a setembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Gráfico 3 – Nordeste: Evolução do saldo - Janeiro a setembro de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

A Covid-19 provocou, além do isolamento social, a paralisação de diversos setores da economia no território nacional, a partir da segunda quinzena de março de 2020. Desta forma, o mercado de trabalho foi fortemente afetado pelos efeitos da pandemia.

Para os primeiros nove meses de 2020, especificamente nas Unidades Federativas do Nordeste, todas registraram perdas de postos de emprego na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada; excetuando Maranhão (+13.048), conforme dados da Tabela 4.

Bahia (-33.387) registrou o maior saldo negativo na Região, no acumulado de janeiro a setembro de 2020. As atividades econômicas que registraram queda no nível de emprego foram: Serviços (-22.467), Comércio (-15.792), Construção Civil (-1.011) e Indústria (-132). Apenas, o setor Agropecuário (+6.015, favorecido pela geração de emprego no *Cultivo de Manga*, +2.405, e *Uva*, +1.132) contribuiu com a formação de novos empregos, de janeiro a setembro de 2020. Nesse período, os municípios que mais perderam postos de trabalho foram: Salvador (-17.495), Porto Seguro (-6.397), Camaçari (-3.030) e Feira de Santana (-2.444). Os municípios que despontam na geração de emprego, no acumulado do ano, são: Juazeiro (+2.556), Casa Nova (+2.162), Luís Eduardo Magalhães (+1.728) e Barreiras (+1.304).

Pernambuco (-29.108) reduziu o estoque de emprego nos primeiros nove meses de 2020, configurando o Estado com a segunda maior perda de postos de trabalho na Região. Tal resultado deriva da contração do nível de emprego em Serviços (-14.170, tendo *Alojamento e alimentação* apresentado perda expressiva, -11.455 postos), vindo a seguir: Comércio (-11.763), Indústria geral (-4.075) e Construção Civil (-2.052). Apenas Agropecuária (+2.952) apresentou saldo positivo, com destaque no *Cultivo de uva* (+1848) e *Manga* (+1.701). No recorte municipal, Recife (-15.377), Jaboatão dos Guararapes (-3.910), Olinda (-2.767) e Ipojuca (-2.730) foram os municípios com as maiores perdas de emprego em Pernambuco. Ao mesmo tempo que Garanhuns (+2.370), Petrolina (+2.138) e Escada (+605) registraram os maiores saldos positivos.

Ceará (-15.389) apresentou 269.124 desligados e 253.735 admitidos, registrando saldo negativo nos primeiros nove meses de 2020. Setorialmente, o Estado foi fortemente impactado pelo resultado do Comércio (-11.273, especialmente o *Comércio varejista*, -8.535). As atividades ligadas a Serviços (-6.008) e à Indústria também perderam postos de emprego. Enquanto, Construção Civil (+5.562) e Agropecuária (+257) responderam positivamente, formando novos postos de trabalho no acumulado do ano. No mesmo período, entre os municípios mais afetados estão: Fortaleza (-13.899), Maracanaú (-1.831) e Juazeiro do Norte (-1.335). Entre os municípios que se destacam na formação de novos empregos estão: Sobral (+846), Morada Nova (+811), São Gonçalo do Amarante (+602) e Eusébio (+590).

Sergipe (-11.348) recuou o nível do estoque de emprego, nos primeiros nove meses de 2020. Todos os setores apresentaram saldo negativo: Serviços (-5.058), Comércio (-3.054), Indústria geral (-1.895), Agropecuária (-694) e Construção Civil (-647). Os municípios que mais perderam empregos em regime CLT foram: Aracaju (-6.392), Nossa Senhora do Socorro (-1.303) e Nossa Senhora das Dores (-726), Capela (-682) e Carmópolis (-628).

Alagoas (-7.831) reduziu o nível de emprego de janeiro a setembro de 2020. O Estado foi afetado, sobretudo, pela extinção de postos na Indústria (-5.199), com perdas significativas na *Fabricação e refino do açúcar* (-5.410). Também, apresentaram redução no nível de emprego Serviços (-2.836) e Comércio (-1.979). Todavia, Alagoas aferiu saldo positivo na Construção (+2.145), principalmente nas *Obras de Infraestrutura* (+1.629) e no setor Agropecuária (+38). Nesse período, Maceió (-3.996), Rio Largo (-3.310) e São José da Laje (-407) apresentaram as maiores perdas. Enquanto, Craíbas (+1.059), Santana do Ipanema (+305) e Marechal Deodoro (+219) foram os municípios, em Alagoas, que mais geraram emprego no acumulado do ano.

Paraíba (-7.023) também obteve saldo negativo no balanço dos admitidos e desligados, no acumulado de janeiro a setembro de 2020. O resultado deriva do desempenho desfavorável dos setores de Serviços (-7.293) e Comércio (-2.920). Por outro lado, Construção Civil (+2.211), Agropecuária (+640) e Indústria (+339) geraram vagas. A crise econômica atingiu o mercado de trabalho dos municípios de João Pessoa (-8.264), Patos (-941), Cabedelo (-557), Bayeux (-458) e Guarabira (-410). Enquanto, alguns municípios se destacam na formação de novos postos de trabalho: Campina Grande (+1.580), Santa Luzia (+555), Pilar (+349), Caapora (+296) e Sousa (+292).

Rio Grande do Norte (-5.866) registrou saldo negativo no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Serviços (-4.835) foi o setor econômico mais atingido pela crise econômica; Comércio (-2.097) e Indústria (-1.269) também tiveram perdas de emprego. Em contrapartida, Construção Civil (+1.575, com maior peso da criação de emprego em Obras de Infraestrutura, +992) e Agropecuária (+760) contribuíram para geração de novas vagas. Entre os municípios mais atingidos, estão: Natal (-6.697), Mossoró (-745) e São Gonçalo do Amarante (-640). Em compensação, os municípios de Ipanguaçu (+379), Pedra Grande (+332), Alto Rodrigues (+298) e Parnamirim (+257) se destacam na geração de novos empregos.

No Piauí (-4.438), houve diminuição no nível de empregos nos nove primeiros meses de 2020. Resultado negativo decorrente da extinção de postos de trabalho nos setores econômico de Serviços (-3.651) e Comércio (-1.888). Por outro lado, houve geração nos setores na Agropecuária (+706, em especial no *Cultivo de Soja*, +874 e de *Melão*, +460), Construção (+363) e Indústria (+32). Entre os municípios mais afetados, estão: Teresina (-6.956), São Gonçalo do Gurgueia (-294) e Floriano (-231). Ao passo que os municípios de União (+1.180), Canto do Buruti (+488) e São João do Piauí (+359) contribuíram com formação de novos empregos.

Maranhão (+13.048) foi o Estado da Região que apresentou saldo positivo no acumulado de janeiro a setembro de 2020. Todos os setores econômicos apresentaram saldo positivo, com exceção do Comércio, com redução do nível de emprego em 39 postos. O resultado do mercado de trabalho no Estado foi favorecido pelo desempenho de Serviços (+5.902) e Construção (+3.997). A Indústria (+1.600) e Agropecuária (+1.588) também geraram novos postos de trabalho, de janeiro a setembro de 2020. Nesse mesmo período, os municípios de, São Luís (+7.396), Aldeias Altas (+929), Coelho Neto (+834), Campestre do Maranhão (+748), Santo Antonio dos Lopes (+737), Codó (+658) e Balsas (+403) foram os municípios que registraram aumento de vagas. Vale salientar que São Luís (+7.396) foi a única Capital da Região com saldo positivo no acumulado de janeiro a setembro de 2020.

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Evolução do emprego - Janeiro a setembro de 2020

Estados	Movimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Gráficos	Total de 2020
Maranhão	Admitidos	13.363	13.698	12.608	7.485	9.437	12.511	14.746	15.870	15.499		115.217
	Desligados	13.002	11.320	14.119	13.972	11.092	8.737	9.408	10.074	10.445		102.169
	Saldo	361	2.378	-1.511	-6.487	-1.655	3.774	5.338	5.796	5.054		13.048
Piauí	Admitidos	8.247	8.108	8.033	2.424	2.999	5.189	5.594	6.901	7.828		55.323
	Desligados	8.210	6.977	8.675	9.017	6.719	5.284	4.619	4.891	5.369		59.761
	Saldo	37	1.131	-642	-6.593	-3.720	-95	975	2.010	2.459		-4.438
Ceará	Admitidos	36.607	37.741	33.528	12.893	14.708	19.230	27.531	34.232	37.265		253.735
	Desligados	34.143	30.590	40.617	47.494	25.686	21.689	21.393	22.676	24.836		269.124
	Saldo	2.464	7.151	-7.089	-34.601	-10.978	-2.459	6.138	11.556	12.429		-15.389
Rio Grande do Norte	Admitidos	12.321	12.818	12.087	4.765	6.437	9.714	10.274	14.757	14.245		97.418
	Desligados	13.372	14.758	14.576	14.283	10.150	8.282	9.290	8.856	9.717		103.284
	Saldo	-1.051	-1.940	-2.489	-9.518	-3.713	1.432	984	5.901	4.528		-5.866
Paraíba	Admitidos	11.424	12.276	11.630	3.627	4.782	5.884	8.837	16.633	13.231		88.324
	Desligados	13.961	15.416	12.840	12.889	8.630	6.004	7.325	6.984	11.298		95.347
	Saldo	-2.537	-3.140	-1.210	-9.262	-3.848	-120	1.512	9.649	1.933		-7.023
Pernambuco	Admitidos	35.181	35.080	30.905	15.376	18.294	18.541	29.274	38.095	46.468		267.214
	Desligados	35.786	35.429	59.253	43.104	26.337	22.366	23.776	25.869	24.402		296.322
	Saldo	-605	-349	-28.348	-27.728	-8.043	-3.825	5.498	12.226	22.066		-29.108
Alagoas	Admitidos	9.136	9.515	8.417	3.220	5.418	5.880	7.568	9.663	22.733		81.550
	Desligados	14.448	18.011	14.229	11.295	8.097	5.130	5.926	6.080	6.165		89.381
	Saldo	-5.312	-8.496	-5.812	-8.075	-2.679	750	1.642	3.583	16.568		-7.831
Sergipe	Admitidos	7.909	7.366	6.001	2.464	2.719	4.189	4.702	5.324	8.905		49.579
	Desligados	7.749	9.258	9.012	7.890	6.391	4.929	5.422	4.992	5.284		60.927
	Saldo	160	-1.892	-3.011	-5.426	-3.672	-740	-720	332	3.621		-11.348
Bahia	Admitidos	52.376	54.061	50.572	25.167	26.739	31.798	38.110	45.195	51.712		375.730
	Desligados	49.809	45.718	66.300	62.230	45.262	34.297	33.915	36.761	34.825		409.117
	Saldo	2.567	8.343	-15.728	-37.063	-18.523	-2.499	4.195	8.434	16.887		-33.387
Nordeste	Admitidos	186.564	190.663	173.781	77.421	91.533	112.936	146.636	186.670	217.886		1.384.090
	Desligados	190.480	187.477	239.621	222.174	148.364	116.718	121.074	127.183	132.341		1.485.432
	Saldo	-3.916	3.186	-65.840	-144.753	-56.831	-3.782	25.562	59.487	85.545		-101.342

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

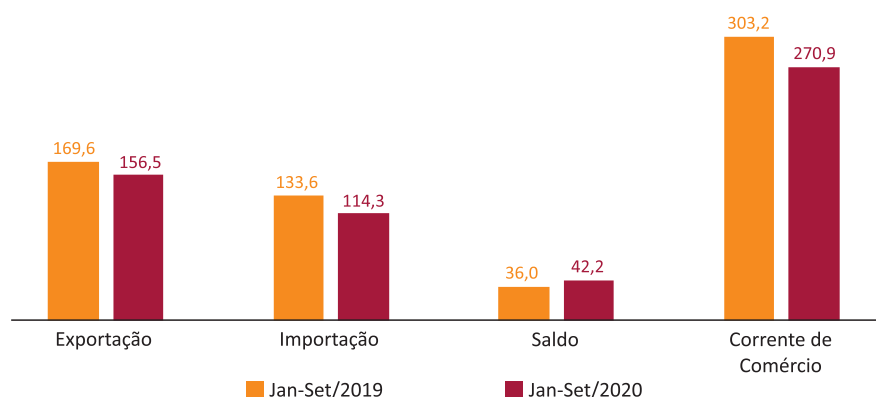
8 Comércio Exterior

A crise global continua produzindo efeitos negativos nos fluxos internacionais do País. No acumulado de janeiro a setembro de 2020, as exportações brasileiras somaram US\$ 156.523,4 milhões, registrando queda de 7,7%, comparativamente ao mesmo período de 2019. As importações regrediram bem mais (-14,4%), alcançando US\$ 114.334,5, até setembro (Gráfico 1). Nesse período, o volume exportado aumentou 2,5% enquanto os preços caíram 8,1%. Nas importações, tanto o volume (-8,6%) quanto os preços (-7,3%) retrocederam.

O saldo da balança comercial, no acumulado de 2020, foi de US\$ 42.189,0 milhões, valor 17,3% superior ao registrado em comparação com o mesmo período no ano anterior (US\$ 35.974,5 milhões). Esse é o segundo melhor resultado da série histórica para o período, perdendo apenas para janeiro a setembro de 2017 (superávit de US\$ 53,3 bilhões).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 270.857,9 milhões, no acumulado do ano, contra US\$ 303.159,4 milhões, no acumulado até setembro de 2019, queda de 10,7%. As informações são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia.

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-set/2020/2019 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/10/2020).

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, de janeiro a setembro de 2020, o setor Agropecuário, responsável por 23,9% das vendas externas, foi o único a registrar crescimento (+14,8%), no período em análise, impulsionado pela maior demanda dos países asiáticos e pelo Real desvalorizado.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2020/2019 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-set/2020		jan-set/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	37.399,2	23,9	32.567,2	19,2	14,8
Indústria Extrativa	35.184,5	22,5	37.587,5	22,2	-6,4
Indústria de Transformação	83.320,1	53,2	98.568,3	58,1	-15,5
Outros Produtos	619,7	0,4	843,9	0,5	-26,6
Total	156.523,4	100,0	169.567,0	100,0	-7,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/10/2020).

As exportações de Soja responderam por 17,4% da pauta do País, totalizando US\$ 27.158,8 milhões, crescimento de 27,8%, no período jan-set/2020 ante jan-set/2019. No acumulado de 2020, os embarques do grão alcançaram 79,2 milhões de toneladas (+30,3%).

Em segundo e terceiro lugares no ranking de vendas dos produtos da agropecuária brasileira, com respectivos 2,2% e 2,1% de participação na pauta do País, vieram Café não torrado (US\$ 3.392,8 milhões – crescimento de 0,6%) e Milho (US\$ 3.279,6 milhões – queda de 32,1%).

A Indústria Extrativa, com 22,5% de participação nas exportações totais do País, no acumulado até setembro, registrou queda nas vendas de 6,4%, em relação ao mesmo período de 2019. Entretanto, as vendas de Minério de ferro não aglomerados e seus concentrados, segunda maior do País (10,3% da pauta do País - US\$ 16.150,8 milhões), cresceram 5,3%, devido ao aumento do ritmo de produção da Vale, em setembro. Já o terceiro produto da pauta, Óleos brutos de petróleo, com 9,8% de participação (US\$ 15.293,9 milhões), registrou queda nas vendas externas de 12,9%, no período, devido à queda de 32,9% no preço médio da *commodity* no mercado internacional, apesar do volume embarcado ter registrado incremento de 29,7%.

Na Indústria de Transformação (53,2% da pauta), as exportações registraram uma queda maior (-15,5%), no acumulado de janeiro a setembro de 2020 ante mesmo período do ano passado. As maiores reduções, nesse período comparativo, em valor absoluto e percentual, foram nas exportações de Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes (-US\$ 2.791,1 milhões, -99,3%), Celulose (-US\$ 1.527,5 milhões, -25,4%), Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (-US\$ 1.183,4 milhões, -49,0%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (-US\$ 1.162,0 milhões, -64,7%) e Veículos automotores de passageiros (-US\$ 1.138,2 milhões, -39,1%).

Por outro lado, merecem destaque o incremento nas vendas de Açúcares e melações (+ US\$ 2.313,4 milhões, +63,0%), Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+ US\$ 1.088,4 milhões, +25,4%), Ouro, não monetário (+ US\$ 824,3 milhões, +31,6%) e Carne suína fresca, refrigerada ou congelada (+ US\$ 541,9 milhões, +52,6%).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 47,6% do total das vendas externas, nos nove primeiros meses de 2020: China (34,1% do total: Soja – 37,1%, Minérios de ferro e seus concentrados – 23,1%; Óleos brutos de petróleo – 20,0%); Estados Unidos (9,7%: Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço – 9,7%; Óleos brutos de petróleo – 5,3%; Celulose – 4,8%); e Argentina (3,8%: Veículos automotores de passageiros – 15,7%; Partes e acessórios dos veículos automotivos – 7,7%; Veículos automotores para transporte de mercadorias e usos especiais – 5,4%). As exportações para a China cresceram 14,1%, relativamente ao mesmo período de 2019. Por outro lado, recuaram as vendas para os Estados Unidos (-31,5%) e Argentina (-22,4%).

A desagregação das importações brasileiras por Categorias Econômicas (Tabela 2) revela queda em todas as categorias, no período em análise, devido ao baixo dinamismo da demanda doméstica, da lenta recuperação da atividade industrial e do câmbio valorizado.

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set/2020/2019 - US\$ milhões

Categorias Econômicas	jan-set/2020		jan-set/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	19.531,8	17,1	19.784,4	14,8	-1,3
Bens intermediários	69.819,1	61,1	80.216,7	60,0	-13,0
Bens de consumo	15.298,0	13,4	18.325,3	13,7	-16,5
Combustíveis e lubrificantes	9.639,1	8,4	15.213,0	11,4	-36,6
Bens não classificados	46,6	0,0	53,1	0,0	-12,3
Total	114.334,5	100,0	133.592,5	100,0	-14,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/10/2020).

As importações de Bens Intermediários, que responderam por 61,1% das compras do País no exterior, retrocederam 13,0%, US\$ 10.397,6 milhões a menos, comparativamente ao acumulado até setembro de 2019. As principais reduções ocorreram nas aquisições de Peças para equipamentos de transporte (-37,6%), Insumos industriais básicos (-27,2%) e Insumos industriais elaborados (-11,0%).

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 16,5%, no período comparativo. As importações de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis retrocederam 9,8%, com destaque para Medicamentos constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos (-12,3%). Por seu turno, as compras de Bens de consumo duráveis caíram 40,2%, com destaque para Automóveis de passageiros (-49,3%).

Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes, a queda de 36,6%, no período de análise, foi motivada, principalmente, pela redução nas aquisições de Gás natural, liquefeito (-76,1%), Hulha betuminosa, não aglomerada (-46,5%), Óleos brutos de petróleo (-39,2%), Gasolinas (-36,8%) e Óleo diesel (-29,9%).

As importações de Bens de Capital retrocederam apenas 1,3%, no período jan-set/2020 ante jan-set/2019. As principais aquisições foram em Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis (24,6% da categoria), Outras máquinas de sondagem ou perfuração (6,1%) e Veículos automóveis para transporte de mercadorias (5,6%).

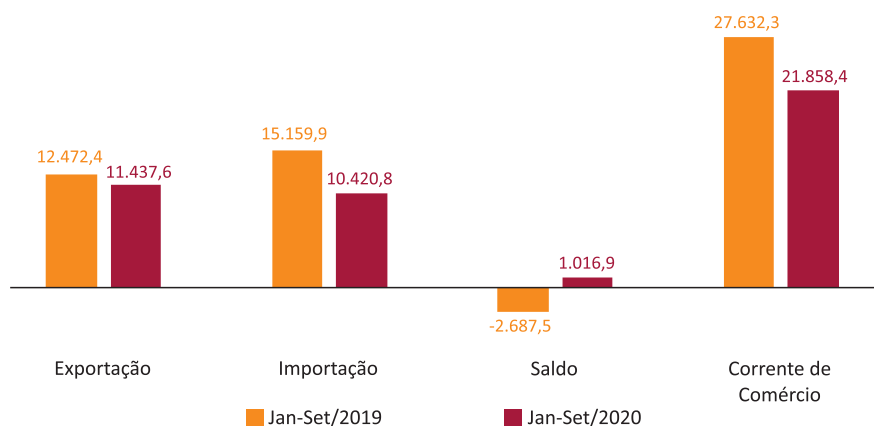
Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-set/20, foram: China (21,3%), Estados Unidos (16,0%) e Alemanha (5,6%). Comparativamente a jan-set/19, decresceram as aquisições oriundas da China (-7,5%), dos Estados Unidos (-18,8%) e da Alemanha (-17,6%).

Em nota, a Secex atualizou as projeções para 2020 das exportações, US\$ 210,7 bilhões, com queda de 6,5% frente a 2019 e das importações, US\$ 155,7 bilhões, redução de 12,2%. Consequentemente, o saldo comercial brasileiro deverá ser de US\$ 55,0 bilhões (crescimento de 14,4%) e a corrente de comércio, de US\$ 366,3 bilhões (queda de 9%).

Já as exportações do Nordeste, no acumulado de 2020 até setembro, totalizaram US\$ 11.437,6 milhões, queda de 8,3% relativamente ao mesmo período de 2019. As importações registraram queda bem mais expressiva de 31,3%, nesse intervalo, somando US\$ 10.420,8 milhões, indicando que a crise econômica causada pela pandemia do novo Coronavírus continua influenciando fortemente as trocas comerciais da Região (Gráfico 2).

Com recuo mais acentuado das importações do que das exportações, a balança comercial acumulou US\$ 1.016,9 milhões de saldo positivo nos nove primeiros meses de 2020. Vale ressaltar que em mesmo período do ano passado, a Região registrou déficit de US\$ 2.687,5 milhões. A corrente de comércio atingiu US\$ 21.858,4 milhões, queda de 20,9% no período, revelando perda no dinamismo nas relações internacionais.

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-set/2020/2019 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 07/10/2020).
Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações do Nordeste por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que o decréscimo nas vendas foi puxado pela Indústria de Transformação, o mais afetado pela pandemia. O setor, responsável por 69,7% da pauta da Região, exportou US\$ 1.304,5 milhões a menos (queda de 14,1%), no comparativo jan-set/20 frente a jan-set/19.

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-set/2020/2019- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	jan-set/2020		jan-set/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	2.884,0	25,2	2.730,4	21,9	5,6
Indústria Extrativa	509,0	4,5	370,4	3,0	37,4
Indústria de Transformação	7.968,5	69,7	9.272,9	74,3	-14,1
Outros Produtos	76,2	0,7	98,6	0,8	-22,7
Total	11.437,6	100,0	12.472,4	100,0	-8,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 07/10/2020).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Entre os principais produtos do setor, as maiores quedas, nesse período, em valor absoluto e percentual, foram registradas nas vendas de Automóveis de passageiros (-US\$ 277,8 milhões, -56,9%), Pasta química de madeira (-US\$ 361,9 milhões, -27,4%), Óxidos de alumínio (-US\$ 221,2 milhões, -22,1%) e Produtos semimanufaturados de ferro ou aços (-US\$ 125,8 milhões, -15,7%).

Em contrapartida, merece destaque, o crescimento das exportações industriais de Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (+US\$ 333,4 milhões, +40,0%), segundo produto da pauta do Nordeste e de Ouro (incluído o ouro platinado) em outras formas brutas, para usos não monetários (+US\$ 183,1 milhões, +68,0%).

Por sua vez, as exportações dos produtos do setor Agropecuário (25,2% de participação) cresceram 5,6%, no acumulado até setembro de 2020, comparativamente a igual período do ano passado.

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura foi o principal produto exportado pelo setor e da pauta nordestina, com 17,0% de participação. Em 2020, auferiu receita de US\$ 1.948,3 milhões, com embarque de 5,7 milhões de toneladas. Relativamente ao registrado em período anterior, a receita aumentou 7,3% e a quantidade embarcada, 10,0%, motivada pela forte demanda chinesa e dólar valorizado.

Na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor subiram 37,4%, no período em análise, participando com 4,5% da pauta da Região. Os maiores acréscimos ocorreram nas vendas de Minérios de manganês e seus concentrados (+119,1%), Sal (incluídos o sal de mesa e o sal desnatado) e cloreto de sódio puro (+79,2%), Minérios de cobre e seus concentrados (+68,1%) e Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+9,4%).

Vale ressaltar, as exportações de Minérios de níquel e seus concentrados e de Gás natural, liquefeito que elevaram as vendas do setor em US\$ 41,8 milhões e US\$ 25,5 milhões, respectivamente, neste ano.

Os cinco principais parceiros comerciais do Nordeste concentraram 61,9% das vendas externas da Região, no acumulado até setembro deste ano: China (23,6% do total: Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura - 50,8%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada - 16,8%, Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados - 6,4%); Estados Unidos (15,7%: Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aços - 13,1%; Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 850 1ou 8502 - 10,1%; Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica - 10,0%); Cingapura (9,3%: Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios - 99,5%); Canadá (7,7%: Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial - 57,3%, Ouro - 22,9%, Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aços -10,2%); Argentina (5,6%: Automóveis de passageiros - 22,3%, Veículos automóveis para transporte de mercadorias 14,1%, Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial - 6,2%).

Comparativamente ao mesmo período do ano passado, retrocederam as exportações para Estados Unidos (-21,8%) e Argentina (-26,1%). Por outro lado, cresceram as vendas para China (+7,5%), Cingapura (+96,7%) e Canadá (+15,6%).

Do lado das importações do Nordeste (Tabela 4), houve redução significativa em todas as categorias econômicas, no período em análise. As importações de Bens Intermediários representaram 59,8% das compras da Região no exterior, no acumulado até setembro. Comparativamente ao mesmo período do ano passado, retrocederam 23,0%. As principais reduções ocorreram nas aquisições de Insumos industriais básicos (-46,9%), Peças para equipamentos de transporte (-35,5%) e Insumos industriais elaborados (-29,5%).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-set/2020/2019- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	jan-set/2020		jan-set/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.111,5	10,7	1.277,6	8,4	-13,0
Bens intermediários	6.232,1	59,8	8.097,9	53,4	-23,0
Bens de consumo	785,9	7,5	923,3	6,1	-14,9
Combustíveis e lubrificantes	2.286,2	21,9	4.859,1	32,1	-53,0
Bens não classificados	5,1	0,0	1,9	0,0	162,4
Total	10.420,8	100,0	15.159,9	100,0	-31,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 07/10/2020).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Já as aquisições de Bens de consumo caíram 14,9%, no período comparativo. As importações de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis retrocederam 9,7%, com destaque para Antisseros e outras frações do sangue (-33,6%). Por seu turno, as compras de Bens de consumo duráveis caíram 33,2%, com destaque para Automóveis de passageiros (-38,6%).

As importações de Bens de Capital retrocederam 13,0%, no período jan-set/2020 ante jan-set/2019. As compras de Veículos automóveis para transporte de mercadorias, com 27,2% de participação na categoria, regrediram 25,4%.

Já as importações de Combustíveis e lubrificantes registraram significativa queda de 53,0%, no período de análise. As reduções mais significativas foram nas aquisições de Gás natural liquefeito (-75,0%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (-57,9%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (-55,5%), Óleos leves e preparações (-46,4%), Propano, liquefeito (-43,6%) e Hulha betuminosa, não aglomerada (-39,5%).

Os principais países de origem das importações do Nordeste, no período janeiro/setembro de 2020, foram responsáveis por 63,6% das aquisições da Região: Estados Unidos (30,4%), China (15,5%); Argentina (10,2%), Espanha (4,6%) e Rússia (3,0%). Comparativamente ao período janeiro/setembro 2019, cresceram as compras oriundas da China (+8,8%) e Espanha (+28,8%), enquanto decresceram as dos Estados Unidos (-38,0%), Rússia (-29,6%) e Argentina (-10,4%).

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 91,6% das exportações e 87,3% das importações do Nordeste, nos nove primeiros meses de 2020. Dos Estados da Região, Bahia (+US\$ 2.106,1 milhões), Maranhão (+US\$ 1.029,9 milhões), Piauí (+US\$ 204,3 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 46,8 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial nesse período (Tabela 5).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-set/2020/2019 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2020/ Jan-set/2019	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2020/ Jan-set/2019	
Maranhão	2.503,6	21,9	-9,1	1.473,7	14,1	-40,0	1.029,9
Piauí	429,9	3,8	11,7	225,6	2,2	58,9	204,3
Ceará	1.412,7	12,4	-17,3	1.788,2	17,2	0,5	-375,5
Rio Grande do Norte	180,9	1,6	-32,8	134,1	1,3	10,2	46,8
Paraíba	77,4	0,7	-14,9	355,0	3,4	-19,8	-277,6
Pernambuco	1.051,0	9,2	5,4	2.423,4	23,3	-36,5	-1.372,4
Alagoas	237,0	2,1	17,5	470,6	4,5	-0,9	-233,6
Sergipe	32,0	0,3	-19,9	143,3	1,4	-79,1	-111,3
Bahia	5.513,0	48,2	-8,5	3.406,9	32,7	-35,0	2.106,1
Nordeste	11.437,6	100,0	-8,3	10.420,8	100,0	-31,3	1.016,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/10/2020).

Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 2.503,6 milhões, no acumulado até setembro deste ano, registrando queda de 9,1%, relativamente ao mesmo período de 2019. As importações, no valor de US\$ 1.473,7 milhões, retrocederam mais ainda, 40,0%, gerando saldo superavitário na balança comercial de US\$ 1.029,9 milhões. As vendas de Alumina calcinada (31,2% da pauta do Estado) e Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (15,45%) recuaram 22,1% (-US\$ 221,2 milhões) e 33,9% (-US\$ 198,3 milhões), respectivamente, nesse período. Vale ressaltar, entretanto, o incremento de 223,8% nas exportações de Ouro, com variação absoluta de +US\$ 106,4 milhões e 6,0% nas vendas de Soja (+US\$ 39,9 milhões). Por outro lado, a queda das importações foi motivada pela redução de 27,0% nas aquisições de Bens Intermediários (35,9% das aquisições) e de 47,6% nas compras de Combustíveis e Lubrificantes (59,7%). As maiores reduções foram verificadas nos seguintes produtos: Óleos de petróleo, como óleo diesel (-48,7%, -US\$ 600,9 milhões), Óleos leves e preparações (-47,2%, -US\$ 188,5 milhões) e Álcool etílico (-80,9%, -US\$ 192,1 milhões).

O Estado do Piauí acumulou superávit de US\$ 204,3 milhões, até setembro de 2020, resultado de US\$ 429,9 milhões de exportações e US\$ 225,6 milhões de importações. Ante mesmo período de 2019, as exportações cresceram 11,7% e as importações aumentaram 58,9%. As vendas dos principais produtos do Estado, tais como Soja (75,7% da pauta), Ceras vegetais (9,0%) e Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (4,7%) registraram incremento de 6,1%, 33,1% e 15,4%, respectivamente, nesse período comparativo. Já o acréscimo nas importações foi devido, principalmente, ao aumento de 884,9% (+US\$ 48,8 milhões) na aquisição de Bens de Capital (24,1% da pauta) e de 23,0% (+US\$ 30,9 milhões) nas compras de Bens Intermediários (73,4% das aquisições). O principal produto importado pelo Estado foi Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas (49,9% do total), utilizados na produção de energia solar.

O Ceará registrou, de janeiro a setembro de 2020, exportações no valor de US\$ 1.412,7 milhões, queda de 17,3%, ante o mesmo período de 2019. As importações somaram US\$ 1.788,2 milhões, registrando ligeiro aumento de 0,5%, nesse período. O resultado das trocas comerciais gerou déficit na balança comercial de US\$ 375,5 milhões (bem maior do que o déficit de US\$ 69,9 milhões apresentado em mesmo período do ano passado). As vendas de Produtos semimanufaturados de ferro ou aços retrocederam 15,7%, no período. Considerando as exportações de todos os produtos do Complexo de ferro e aço (Capítulo 72) do Estado, responsáveis por 52,1% da pauta, a retração foi de 19,4%. Pelo lado das importações, as aquisições de Bens de Capital (9,7% da pauta), Bens Intermediários (59,3%) e Bens de Consumo (4,1%) cresceram 73,6%, 13,5% e 22,0%, respectivamente, no período em foco. Já as importações de Combustíveis e Lubrificantes (27,0% das aquisições) caíram 29,7%.

No Rio Grande do Norte, o saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 46,8 milhões, no ano, decorrente de US\$ 180,9 milhões de exportações e de US\$ 134,1 milhões de importações. Frente janeiro a setembro de 2020, as exportações decresceram 32,8%. Os principais produtos exportados pelo Estado, no acumulado do ano, foram: Melões frescos (23,2% da pauta), Sal marinho (14,4%) e Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (10,2%). Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as vendas de Melões frescos registraram queda na receita de 33,6%, enquanto as de Sal marinho e Óleos de petróleo cresceram 79,2% e 12,1%, nessa ordem. Já as importações do Estado, concentradas em Bens de Capital (18,8% da pauta) e em Bens Intermediários (73,6%), cresceram 10,2%.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 77,4 milhões e as importações alcançaram US\$ 355,0 milhões, gerando déficit de US\$ 277,6 milhões na balança comercial do Estado, no acumulado do ano até setembro. Comparativamente ao mesmo período do ano passado, tanto as vendas externas (-14,9%) como as aquisições (-19,8%) decresceram. As exportações de Calçados de borracha ou plástico (45,2% da pauta) caíram 20,3%, no período em foco. Vale ressaltar que o setor de Calçados e artefatos (Capítulo 64) respondeu por 52,2% das exportações do Estado, com queda de 18,2%. Pelo lado das importações, apenas as aquisições de Bens de Capital (7,3% da pauta) registraram crescimento de 58,9%, nesse período. As demais categorias, Bens Intermediários (70,7% das aquisições), Bens de Consumo (12,0%) e Combustíveis e Lubrificantes (10,0%) decresceram 9,6%, 2,9% e 66,1%, respectivamente.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.051,0 milhões e as importações, US\$ 2.423,4 milhões, no acumulado do ano até setembro, resultando em déficit de US\$ 1.372,4 milhões no saldo da balança comercial (bem menor do que o déficit de US\$ 2.820,7 milhões apresentado em mesmo período do ano passado). As exportações aumentaram 5,4%, com destaque para o crescimento das vendas de Óleos de petróleo, como óleo combustíveis e óleo diesel (+54,2%) e de Açúcares de cana (+159,0%). As importações caíram 36,5%, devido à queda nas aquisições em todas as grandes categorias econômicas, sendo mais significativas em Bens Intermediários (-17,2%) e Combustíveis e Lubrificantes (-60,4%) que representaram 48,7% e 27,8%, respectivamente, das aquisições totais do Estado, nos nove primeiros meses deste ano.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 237,0 milhões, de janeiro a setembro de 2020, registrando aumento de 17,5%, relativamente ao mesmo período de 2019. As vendas do principal produto da pauta do Estado, Açúcares de cana (82,8% de participação) cresceram 16,2% (+US\$ 27,4 milhões), relativamente a janeiro a setembro de 2019. Já as importações somaram US\$ 470,6 milhões, com ligeiro decréscimo de 0,9%, nesse período comparativo. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (58,3%) e Bens de Consumo (34,7%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 4,1%, as de Bens de Consumo caíram 7,7%. As trocas comerciais geraram déficit de US\$ 233,6 milhões.

Sergipe exportou US\$ 32,0 milhões, nos nove primeiros meses de 2020, valor 19,9% inferior ao total registrado em mesmo período de 2019. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda nas vendas de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (-12,8%), Calçados de borracha ou plástico (-76,7%) e Açúcares de cana (-85,3%). As importações totalizaram US\$ 143,3 milhões, com decréscimo de 79,1%, nesse período. As aquisições foram distribuídas em Bens de Capital (10,2% da pauta), Bens Intermediários (72,1%), Bens de Consumo (6,5%) e Combustíveis e Lubrificantes (11,2%). Relativamente ao período de janeiro a setembro de 2019, regrediram as aquisições de Bens de Capital (-94,3%), Bens Intermediários (73,8%) e Combustíveis e Lubrificantes (36,7%). Apenas as importações de Bens de Consumo cresceram 3,2%, nesse período. No acumulado do ano, a balança comercial ficou negativa em US\$ 111,3 milhões.

A Bahia acumulou superávit de US\$ 2.106,1 milhões, no acumulado do ano até setembro (bem maior do que o superávit de US\$ 785,7 milhões apresentado em mesmo período do ano passado). As exportações, US\$ 5.513,0 milhões, decresceram 8,5%, frente a igual período de 2019. As maiores quedas, em percentual e valor absoluto, foram nas exportações de Pasta química de madeira (-22,3%, -US\$ 163,6 milhões), Fios de cobre refinado (-67,8%, -US\$ 160,6 milhões) e Automóveis de passageiros (-67,7%, -US\$ 167,4 milhões). Por outro lado, vale destacar o aumento de 40,0% (+US\$ 240,6 milhões) nas vendas de Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações. Já as importações atingiram US\$ 3.406,9 milhões, com decréscimo de 35,0% no período em foco. Regrediram as aquisições de Bens de Capital (-12,1%), Bens Intermediários (-33,1%), Bens de Consumo (-17,1%) e Combustíveis e Lubrificantes (70,2%).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região no período de janeiro a setembro de 2020 estão discriminados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Nordeste e Estados: Principais produtos exportados e importados - Jan-set/2020 - Em %

Estado/ Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (31,2%), Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (28,0%), Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (15,4%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (43,0%), Óleos leves e preparações (14,3%), Cloreto de potássio para uso como fertilizante (7,4%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (75,7%), Ceras vegetais (9,0%), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (4,7%)	Dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas (49,9%), Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (7,8%), Conversores elétricos estáticos (5,8%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (47,8%), Partes de outros motores/geradores/ grupos eletrogeradores, etc. (7,3%), Castanha-de-caju, fresca ou seca, sem casca (4,9%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (11,3%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (10,5%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (6,5%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (23,2%), Sal (incluídos o sal de mesa e o sal desnaturado) e cloreto de sódio puro (14,4%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (10,2%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (35,0%), Transformadores de dielétrico líquido, de potência > 650 kVA e <= 10.000 kVA (2,9%), Polietileno de densidade < 0,94, em forma primária (2,5%)
Paraíba	Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (45,2%), Outros sucos de abacaxi (7,6%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico (7,5%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (10,7%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (10,0%), Malte não torrado (7,5%)
Pernambuco	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (27,0%), Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (10,2%), Poli (tereftalato de etileno) (9,9%)	Propano, liquefeito (9,2%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (8,2%), Óleos leves e preparações (5,9%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (82,8%), Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (3,3%), Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura (2,5%)	1, 2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (8,9%), Alhos, frescos ou refrigerados (8,2%), Diidrogeno-ortofofato de amônio (2,6%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (55,5%), Outras preparações alimentícias (8,8%), Óleo essencial de laranja (6,1%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (17,9%), Tubos flexíveis de ferro ou aço, mesmo com acessórios (13,1%), Gás natural liquefeito (15,0%)
Bahia	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (16,4%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (15,3%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (10,4%)	Óleos leves e preparações (19,4%), Minérios de cobre e seus concentrados (7,7%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias, com motor de pistão, de ignição por compressão, de peso em carga máxima <= 5t (6,9%)
Nordeste	Soja, mesmo triturada, exc para semeadura (17,0%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (10,2%), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (8,4%)	Óleos leves e preparações (10,9%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (9,8%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (5,6%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/10/2020).

Quadro 2 – Nordeste e Estados: Principais países de destino das exportações e origem das importações- Jan-set/2020 - Em %

Estado/ Região	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (28,3%), Canadá (24,4%), Estados Unidos (14,7%)	Estados Unidos (67,2%), Rússia (5,6%), Marrocos (3,4%)
Piauí	China (57,5%), Estados Unidos (6,1%), Tailândia (5,3%)	China (58,9%), Espanha (12,3%), Rússia (6,6%)
Ceará	Estados Unidos (36,3%), China (14,5%), Canadá (7,5%),	Estados Unidos (30,6%), China (22,6%), Argentina (8,4%)
Rio Grande do Norte	Estados Unidos (24,3%), Países Baixos (Holanda) (14,4%), Espanha (10,4%)	Argentina (27,1%), China (14,7%), Estados Unidos (13,9%)
Paraíba	Estados Unidos (18,5%), França (13,5%), Austrália (9,1%)	Estados Unidos (27,9%), China (20,9%), Argentina (13,5%)
Pernambuco	Argentina (26,8%), Cingapura (24,2%), Estados Unidos (12,5%)	Estados Unidos (36,0%), Argentina (14,2%), China (11,3%)
Alagoas	Estados Unidos (24,4%), Argélia (20,7%), Canadá (14,4%)	China (47,6%), Estados Unidos (14,7%), Argentina (4,4%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (43,7%), Bélgica (11,7%), Estados Unidos (10,3%)	Argentina (18,6%), Estados Unidos (17,5%), China (9,9%)
Bahia	China (27,5%), Cingapura (14,3%), Estados Unidos (11,5%)	Estados Unidos (15,8%), China (12,9%), Argentina (11,8%)
Nordeste	China (23,6%), Estados Unidos (15,7%), Cingapura (9,3%)	Estados Unidos (30,4%), China (15,5%), Argentina (10,2%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/10/2020).

9 Finanças Públicas

O capítulo de Finanças Públicas analisa as Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS).

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 319,2 bilhões até o terceiro trimestre de 2020, ante R\$ 328,0 bilhões no mesmo período de 2019, significando uma perda real de -5,3%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado nos nove primeiros meses de 2020, precisamente 48,6%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,9%), Centro-Oeste (10,4%) e Norte (6,5%).

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 54,0 bilhões de janeiro a setembro de 2020, em contraste com R\$ 56,2 bilhões em iguais meses de 2019, representando redução real de -6,6% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+3,4%) obteve ganhos reais, enquanto que Sul (-6,1%), Sudeste (-6,4%) e Norte (-3,8%), registraram recuos.

Apenas um Estado pertencente à área de atuação do Banco do Nordeste obteve ganho nominal de arrecadação no período em análise: Maranhão (+2,5%), porém com perda real de -0,3%. Seguem os desempenhos nas demais Unidades Federativas: Rio Grande do Norte (-10,1%), Ceará (-9,8%), Sergipe (-7,6%), Bahia (-7,2%), Minas Gerais (-6,8%), Piauí (-6,4%), Pernambuco (-5,9%), Paraíba (-5,6%), Espírito Santo (-5,5%) e Alagoas (-3,5%), vide Tabela 1.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - Jan/set de cada ano

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	2.659	0,8	2.638	0,8	-0,8	-3,5
Bahia	16.077	4,9	15.351	4,8	-4,5	-7,2
Ceará	8.412	2,6	7.804	2,4	-7,2	-9,8
Maranhão	4.953	1,5	5.079	1,6	2,5	-0,3
Paraíba	3.867	1,2	3.755	1,2	-2,9	-5,6
Pernambuco	11.278	3,4	10.915	3,4	-3,2	-5,9
Piauí	2.928	0,9	2.819	0,9	-3,7	-6,4
Rio Grande do Norte	3.800	1,2	3.512	1,1	-7,6	-10,1
Sergipe	2.271	0,7	2.158	0,7	-5,0	-7,6
Nordeste	56.245	17,1	54.031	16,9	-3,9	-6,6
Norte	20.860	6,4	20.646	6,5	-1,0	-3,8
Sudeste	161.246	49,2	155.315	48,6	-3,7	-6,4
Espírito Santo	7.600	2,3	7.388	2,3	-2,8	-5,5
Minas Gerais	33.834	10,3	32.429	10,1	-4,2	-6,8
Sul	58.520	17,8	56.512	17,7	-3,4	-6,1
Centro-Oeste	31.153	9,5	33.140	10,4	6,4	3,4
Brasil	328.024	100,0	319.644	100,0	-2,6	-5,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 95,6%, 96,8% e 97,8% da arrecadação total do ICMS em Minas Gerais, Nordeste e Espírito Santo, média de janeiro a setembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

Apenas dois setores registraram ganhos nominais de arrecadação, primário (+1,3%) e o terciário (+1,7%). Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação na arrecadação

do ICMS do Nordeste (42,3%), considerando a média dos primeiros nove meses de 2020 e 2019. Contudo, a arrecadação do referido setor caiu -0,6% em termos reais em 2020. A perda de arrecadação do setor representou -0,5 pontos percentuais (p.p.) da perda de arrecadação do Nordeste. Três Estados registraram ganhos reais: %, Maranhão (+17,2%), Espírito Santo (+16,8%) e Paraíba (+0,9%). Minas Gerais não apresentou perda real. As perdas reais mais expressivas nesse setor ocorreram no Piauí (-9,1%), Rio Grande do Norte (-5,7%), Alagoas (-4,7%) e Sergipe (-4,4%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,5% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos primeiros nove meses de 2020 e 2019, caiu -3,8% em termos reais. A perda do setor representou -0,8 p.p., da perda de arrecadação da Região. Maranhão (+2,2%), Alagoas (+1,9%) e Sergipe (+1,7%) obtiveram ganhos reais, enquanto que as perdas reais mais expressivas ocorreram no Rio Grande do Norte (-25,6%), Espírito Santo (-17,7%), Paraíba (-10,2%), Minas Gerais (-9,7%) e Ceará (-7,9%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 21,9% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou perda real de -17,2%, sendo a maior participação na perda de arrecadação do Nordeste (-3,8 p.p.). Todos os Estados obtiveram recuos, tendo os mais expressivos ocorrido em Sergipe (-32,6%), Alagoas (-23,0%), Ceará (-22,8%), Espírito Santo (-19,0%), Pernambuco (-17,9%), Maranhão (-17,7%), Bahia (-15,2%) e Minas Gerais (-14,9%).

O setor de energia, que representou 12,5% da arrecadação regional na média dos dois períodos analisados, caiu em termos reais (-5,1%) e representou -0,6 p.p. da perda do Nordeste. Por sua vez, Ceará (+2,9%) apresentou incremento, enquanto que as perdas mais expressivas foram verificadas no Espírito Santo (-9,7%), Rio Grande do Norte (-9,4%), Bahia (-8,7%) e Maranhão (-7,3%).

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses abril a setembro de 2020, (período mais incisivo da pandemia da Covid-19, com o mesmo período de 2019, observou-se expressiva redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-9,9%) e no Nordeste (-12,7%). O Centro-Oeste obteve a menor perda (-0,4%), seguida pelo Sudeste (-9,4%), Norte (-11,7%) e Sul (-13,1%). Alguns Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste foram severamente afetados nesse período: Ceará (-16,7%), Piauí (-14,7%), Bahia (-14,3%), Rio Grande do Norte (-13,7%), Sergipe (-12,1%), Paraíba (-11,8%), Pernambuco (-10,2%), Alagoas (-8,8%), Maranhão (-7,8%), Espírito Santo (-10,1%) e Minas Gerais (-11,1%). Os dados estão detalhados na Tabela 2.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - Abr/Set de cada ano

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	1.595	0,8	1.489	0,8	-6,7	-8,8
Bahia	10.253	5,0	8.997	4,7	-12,3	-14,3
Ceará	5.306	2,6	4.523	2,4	-14,8	-16,7
Maranhão	3.173	1,5	2.995	1,6	-5,6	-7,8
Paraíba	2.409	1,2	2.176	1,1	-9,7	-11,8
Pernambuco	7.176	3,5	6.598	3,5	-8,1	-10,2
Piauí	1.892	0,9	1.653	0,9	-12,6	-14,7
Rio Grande do Norte	2.344	1,1	2.072	1,1	-11,6	-13,7
Sergipe	1.404	0,7	1.264	0,7	-10,0	-12,1
Nordeste	35.553	17,3	31.764	16,7	-10,7	-12,7
Norte	13.318	6,5	12.033	6,3	-9,6	-11,7
Sudeste	100.938	49,0	93.629	49,3	-7,2	-9,4
Espírito Santo	4.792	2,3	4.409	2,3	-8,0	-10,1
Minas Gerais	21.612	10,5	19.666	10,3	-9,0	-11,1
Sul	36.531	17,7	32.498	17,1	-11,0	-13,1
Centro-Oeste	19.731	9,6	20.127	10,6	2,0	-0,4
Brasil	206.070	100,0	190.051	100,0	-7,8	-9,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 53,2 bilhões nos três primeiros trimestres de 2020, ante R\$ 58,2 bilhões em 2019, conforme a Tabela 3. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de -11,0%. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Tabela 3 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE		FPM		FPM Capitais	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	2.458	2.230	1.480	1.365	279	258
Bahia	5.411	4.985	5.986	5.519	502	465
Ceará	4.219	3.887	3.238	2.988	558	517
Maranhão	4.173	3.837	2.737	2.524	348	323
Paraíba	2.750	2.541	2.047	1.888	223	207
Pernambuco	3.990	3.666	3.206	2.904	351	290
Piauí	2.519	2.303	1.732	1.598	348	323
Rio Grande do Norte	2.430	2.221	1.615	1.489	201	186
Sergipe	2.402	2.205	974	899	201	186
Nordeste	30.351	27.876	23.014	21.174	3.011	2.756
Espírito Santo	915	818	1.198	1.104	134	124
Minas Gerais	2.613	2.382	8.559	7.889	335	310
Brasil	58.165	53.234	65.205	60.101	6.520	6.010

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 27,2 bilhões de janeiro a setembro de 2020, em contraste com R\$ 30,4 bilhões no mesmo período de 2019, representando perda real de -10,7%. O Nordeste recebeu 52,4% do total dos recursos desse Fundo de janeiro a agosto de 2020. Registre-se que nos meses de abril a setembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -28,2% no Nordeste em termos reais.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram perdas reais no volume de recursos do FPE em 2020, em comparação com 2019. Bahia (R\$ 5,0 bilhões), Ceará (R\$ 3,9 bilhões), Maranhão (R\$ 3,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 3,7 bilhões) obtiveram 58,7% dos valores destinados ao Nordeste de janeiro a setembro de 2020. Seguiram Paraíba (R\$ 2,5 bilhões), Piauí (R\$ 2,3 bilhões), Alagoas (R\$ 2,2 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,2 bilhões) e Sergipe (R\$ 2,2 bilhões), com 41,3% do total.

O FPM no País somou R\$ 60,1 bilhões de janeiro a setembro de 2020, em comparação com R\$ 65,2 bilhões em iguais meses de 2019 (Tabela 3). A perda real foi -10,4%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 21,2 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 23,0 bilhões em 2019, significando perda real de -10,6%. Nos meses de abril a setembro de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM declinou no Nordeste 25,8% em termos reais.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM nos primeiros nove meses de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Bahia (R\$ 5,5 bilhões), Ceará (R\$ 3,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,9 bilhões) e Maranhão (R\$ 2,5 bilhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 1,9 bilhão), Piauí (R\$ 1,6 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,5 bilhão), Alagoas (R\$ 1,4 bilhão) e Sergipe (R\$ 899 milhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 5,6 bilhões até o terceiro trimestre de 2020, ante R\$ 6,0 bilhões nos nove primeiros meses de 2019, representando perda de -9,1% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 2,6 bilhões, com perda real de -9,7%, comparado com o mesmo período de 2019, quando foram alocados R\$ 2,8 bilhões. Nos meses de abril a setembro de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM para as capitais declinou no Nordeste -26,2% em termos reais.

Cabe destacar a perda real de Recife (-18,7%), em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 45,9% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2020. Fortaleza (R\$ 517 milhões), Salvador (R\$ 465 milhões), São Luís (R\$ 323 milhões), Teresina (R\$ 323 milhões) e Recife (R\$ 290 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 258 milhões), João Pessoa (R\$ 207 milhões), Natal (R\$ 186 milhões) e Aracaju (R\$ 186 milhões), com 30,4% dos recursos desse Fundo ao Nordeste, de janeiro a setembro de 2020.

A Tabela 4 apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM Capitais, no período de outubro a dezembro de 2020 e para o ano de 2021, com base nas previsões da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Tabela 4 – Previsões FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região/País	FPE		FPM		FPM Capitais	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Alagoas	858	3.276	591	2.062	112	390
Bahia	1.917	7.306	2.389	8.336	201	703
Ceará	1.495	5.695	1.293	4.513	224	781
Maranhão	1.475	5.626	1.093	3.813	140	488
Paraíba	977	3.724	817	2.851	90	312
Pernambuco	1.410	5.375	1.257	4.387	125	437
Piauí	885	3.378	692	2.414	140	488
Rio Grande do Norte	854	3.256	645	2.249	81	281
Sergipe	848	3.231	389	1.358	81	281
Nordeste	10.719	40.867	9.166	31.983	1.193	4.162
Espírito Santo	315	1.206	478	1.668	54	187
Minas Gerais	916	3.497	3.415	11.917	134	469
Brasil	20.471	78.073	26.017	90.782	2.602	9.078

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN. Nota: (1) As previsões de 2020 referem-se a outubro a dezembro.

As Transferências Constitucionais são relevantes para as economias dos Estados do Nordeste. A Tabela 5, mostra este grau de relevância, quando se compara o valor destas com o total das Transferência somado com a arrecadação de ICMS.

Enquanto o ICMS do Nordeste representou 16,9% do total da arrecadação brasileira, nos três primeiros trimestre de 2020, as Transferências Constitucionais para o Nordeste representaram 43,3% do total.

Tabela 5 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – Janeiro a setembro de 2020 - R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	FPE+FPM+ICMS (3)	Participação (%)	1 / 3 (%)
Alagoas	3.596	2.638	6.234	1,4	57,7
Bahia	10.504	15.351	25.855	6,0	40,6
Ceará	6.875	7.804	14.679	3,4	46,8
Maranhão	6.361	5.079	11.440	2,6	55,6
Paraíba	4.429	3.755	8.184	1,9	54,1
Pernambuco	6.570	10.915	17.485	4,0	37,6
Piauí	3.901	2.819	6.720	1,6	58,0
Rio Grande do Norte	3.710	3.512	7.222	1,7	51,4
Sergipe	3.104	2.158	5.262	1,2	59,0
Nordeste	49.050	54.031	103.081	23,8	47,6
Norte	18.861	20.646	39.507	9,1	47,7
Sudeste	23.387	155.315	178.702	41,3	13,1
Espírito Santo	1.923	7.388	9.311	2,2	20,7
Minas Gerais	10.271	32.429	42.700	9,9	24,1
Sul	13.906	56.512	70.418	16,3	19,7
Centro-Oeste	8.132	33.140	41.272	9,5	19,7
Brasil	113.335	319.644	432.979	100,0	26,2

10 Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional alcançou R\$ 3,80 trilhões em setembro de 2020, apresentando variação de 1,9% em comparação com o mês anterior. No acumulado de janeiro a setembro de 2020, o aumento foi de 9,5%, enquanto o incremento no acumulado dos últimos 12 meses foi de 13,1%. O saldo da carteira de pessoas físicas registrou variação mensal de 1,4% (totalizando R\$ 2,12 trilhões), enquanto na carteira das pessoas jurídicas a variação foi de 2,6% (para R\$ 1,68 trilhão). Verifica-se que o saldo de crédito da carteira de pessoas físicas encontra-se em um patamar superior ao de pessoas jurídicas. Apesar disso, a taxa de crescimento no acumulado de 2020 tem sido maior para pessoas jurídicas (15,6%) quando comparado às pessoas físicas (5,1%), de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Crédito do sistema financeiro nacional

Período PJ		Saldos (R\$ bilhões)			Concessões (R\$ bilhões)			Taxas de Juros (% a.a.)			Spreads (p.p.)			Prazos das Concessões (meses)			Inadimplência (%)		
		PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
2020	Jan	1.433,6	2.034,9	3.468,5	138,5	184,0	322,5	14,8	28,2	23,1	9,6	23,8	18,4	50,6	168,0	115,5	2,2	3,6	3,0
	Fev	1.443,8	2.043,7	3.487,5	140,8	167,9	308,7	13,8	28,8	23,1	8,9	24,5	18,6	53,7	167,2	116,9	2,2	3,6	3,0
	Mar	1.535,7	2.050,0	3.585,7	224,8	172,0	396,8	13,7	28,4	22,7	8,7	23,9	18,0	52,0	166,8	115,2	2,2	3,9	3,2
	Abr	1.555,6	2.029,4	3.585,0	156,6	140,4	297,0	12,9	27,3	21,5	8,6	23,0	17,2	54,4	168,6	116,1	2,3	4,0	3,3
	Mai	1.569,6	2.027,0	3.596,6	142,1	143,6	285,7	12,1	26,4	20,6	8,2	22,3	16,6	46,2	169,5	112,7	2,3	4,0	3,2
	Jun	1.582,8	2.040,3	3.623,0	158,5	163,6	322,1	10,9	24,4	19,0	7,3	20,7	15,3	52,4	170,8	116,1	2,0	3,6	2,9
	Jul ⁽¹⁾	1.607,2	2.058,7	3.665,9	166,8	174,8	341,6	10,7	24,8	19,1	6,9	21,3	15,4	48,8	171,5	114,3	1,9	3,4	2,7
	Ago ⁽¹⁾	1.644,9	2.092,3	3.737,2	162,0	182,5	344,5	10,6	24,0	18,6	6,7	20,5	14,9	53,0	171,4	115,9	1,8	3,3	2,6
	Set ⁽¹⁾	1.688,2	2.121,2	3.809,5	178,9	188,1	367,0	9,9	23,5	18,1	5,9	19,8	14,3	56,5	172,2	117,7	1,5	3,1	2,4
Variação % ^{1/}																			
No mês	2,6	1,4	1,9	10,4	3,1	6,5	-0,7	-0,5	-0,5	-0,8	-0,7	-0,6	3,5	0,8	1,8	-0,3	-0,2	-0,2	
No trimestre	6,7	4,0	5,1	11,0	21,8	16,4	-1,0	-0,9	-0,9	-1,4	-0,9	-1,0	4,1	1,4	1,6	-0,5	-0,5	-0,5	
No ano	15,6	5,1	9,5	14,1	-0,9	6,0	-3,6	-4,8	-4,5	-2,4	-4,0	-3,5	-0,4	1,9	-1,4	-0,6	-0,4	-0,5	
Em 12 meses	18,3	9,3	13,1	14,7	3,2	8,5	-4,2	-6,7	-5,9	-2,7	-5,4	-4,5	-5,0	2,5	-3,0	-0,9	-0,4	-0,7	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central. Nota: (1) Dados preliminares.

O saldo do crédito livre totalizou R\$ 2,21 trilhões em setembro de 2020, apresentando aumento de 1,9% em relação a agosto de 2020. No acumulado do ano, o crescimento foi de 10,2% e em doze meses atingiu 16,6%. O crédito livre para pessoas físicas totalizou R\$ 1,15 trilhão, registrando aumento mensal de 1,5%, enquanto no acumulado de 2020 alcançou 3,5% e em doze meses atingiu 8,7%. O crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$ 1,06 trilhão em setembro de 2020, representando crescimento mensal de 2,4%, no acumulado do ano atingiu 18,5% e no acumulado de doze meses alcançou 26,5%.

O saldo do crédito direcionado totalizou R\$ 1,59 trilhão em setembro de 2020, apresentando aumento de 2,0% em relação a agosto de 2020. No acumulado do ano, o crescimento foi de 8,6% e em doze meses atingiu 8,6%. O saldo do crédito direcionado para pessoas jurídicas somou R\$ 621,2 bilhões em setembro de 2020, representando acréscimo de 3,1% comparado com o mês imediatamente anterior, 11,0% no acumulado do ano e 6,5% no acumulado dos últimos 12 meses. O saldo de crédito direcionado para a carteira de pessoas físicas totalizou R\$ 968,6 bilhões, crescimento de 1,2% em setembro, apresentando no acumulado do ano uma expansão de 7,1% e, em doze meses, uma variação de 9,9%.

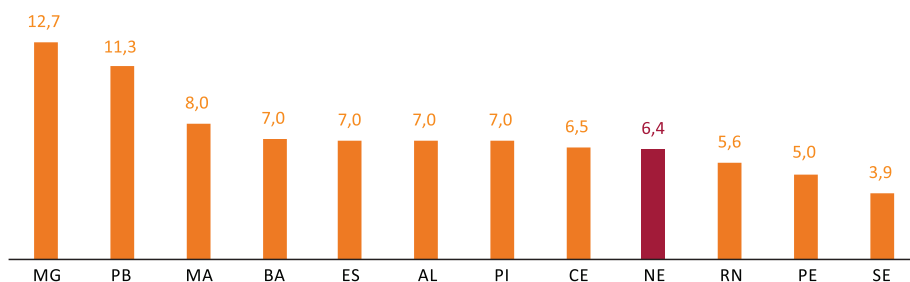
As concessões totais de crédito somaram R\$ 2,98 trilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2020, representando um crescimento de 6,5% em relação ao mesmo período do acumulado do ano anterior. As concessões para pessoas físicas somaram R\$ 1,52 trilhão em setembro de 2020, registrando retração de 0,9% em relação ao acumulado para o mesmo período do ano anterior. As concessões na carteira de pessoas jurídicas totalizaram R\$ 1,47 trilhão no acumulado de 2020, crescimento de 14,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com a Tabela 1.

A taxa média geral de juros do crédito do sistema financeiro nacional situou-se em 18,1% a.a. em setembro de 2020, menor patamar já registrado na série histórica. No acumulado do ano, a taxa de juros apresentou redução de 4,5 p.p. e queda de 5,9 p.p. em doze meses. A taxa de juros média para pessoas jurídicas, em setembro de 2020, foi de 9,9% a.a. e de 23,5% a.a. para pessoas físicas, apresentando reduções, em doze meses, de 4,2 p.p. e 6,7 p.p., respectivamente, como pode ser visto na Tabela 1.

O spread médio das operações contratadas, que representa a diferença entre as taxas de juros de captação e de ampliação das operações de crédito, situou-se em 14,3 p.p. em setembro de 2020, acumulando uma queda de 4,5 p.p. em doze meses. Já a inadimplência em setembro de 2020 alcançou 2,4%, sendo 3,1% na carteira de pessoas físicas e 1,5% na carteira de pessoas jurídicas, de acordo com a Tabela 1.

O saldo de crédito no Nordeste atingiu R\$ 490,3 bilhões em setembro, expansão de 6,4% no acumulado de dos nove primeiros meses de 2020. Nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, destaque para o crescimento em Minas Gerais (12,7%), Paraíba (11,3%) e Maranhão (8,0%). Seguem Bahia (7,0%), Espírito Santo (7,0%), Alagoas (7,0%), Piauí (7,0%), Ceará (6,5%), Rio Grande do Norte (5,6%), Pernambuco (5,0%) e Sergipe (3,9%), conforme o Gráfico 1.

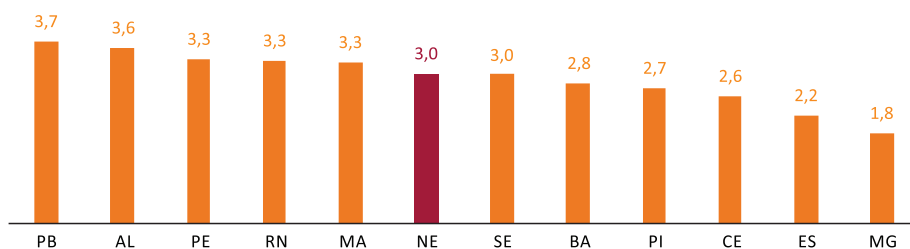
Gráfico 1 – Variação acumulada (%) do saldo de crédito do sistema financeiro - Nordeste e Estados selecionados ⁽¹⁾.



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central. Nota (1): Variação acumulada de janeiro a setembro de 2020.

A taxa de inadimplência do Nordeste atingiu 3,0% em setembro de 2020, declínio de 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. Na área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (3,7%), Alagoas (3,6%), Pernambuco (3,3%), Rio Grande do Norte (3,3%) e Maranhão (3,3%) apresentaram inadimplências acima da Região Nordeste. Por outro lado, Sergipe (3,0%), Bahia (2,8%), Piauí (2,7%), Ceará (2,6%), Espírito Santo (2,2%) e Minas Gerais (1,8%) apresentaram inadimplências abaixo do registrado no Nordeste, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Inadimplência (%) no Nordeste e Estados da área de atuação do BNB - Posição em set/2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

11 Índices de Preços

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou +0,64% em setembro, 0,40 p.p. acima do resultado de agosto (0,24%). Esta é a maior variação para um mês de setembro, desde 2003, quando atingiu 0,78%. Com isso, o indicador acumula taxa de +1,34% em 2020 e +3,14% em 12 meses terminados em setembro.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete apresentaram alta em setembro. O maior impacto +0,46 ponto percentual (p.p.) ocorreu no grupo Alimentação e Bebidas (+2,28%), que acelerou em relação ao resultado de agosto (+0,78%). A segunda maior contribuição (+0,04 p.p.) verificou-se em Artigos de Residência, cujos preços subiram +1,00% em setembro. Os grupos Transportes (0,70%) e Habitação (0,37%) também apresentaram altas, mas o primeiro desacelerou em comparação com o mês anterior (+0,82%).

Por outro lado, o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (-0,64%), contribuiu com -0,09 p.p. no IPCA de setembro. Apesar da inflação no ano estar em +1,34%, verifica-se que o Grupo Alimentação e Bebidas variou +7,30%. Registre-se que Alimentação no Domicílio cresceu +9,17% no acumulado de 2020, com ênfase nas variações dos preços do óleo de soja (+51,30%), arroz (+40,69%) e feijão mulatinho (+28,30%).

Em setembro, a inflação do Nordeste (+0,67%) ficou acima do IPCA do Sudeste (+0,54%). Os índices das demais regiões do País foram: Norte (+0,98%), Centro-Oeste (+0,79%) e Sul (+0,69%). No acumulado de 2020, o Nordeste (+2,11%) desponta com a maior inflação dentre as regiões do País: Norte (+1,46%), Sudeste (+1,30%), Centro-Oeste (+1,24%) e Sul (+0,76%). Salvador (+0,23%) apresentou IPCA abaixo da média nacional (+0,64%), diferente de Aracaju (+0,73%), Recife (+0,78%), São Luís (+1,00%) e Fortaleza (+1,22%).

O IPCA Nordeste variou +0,67% em setembro de 2020, tendo sido influenciado, principalmente, pelos grupos Alimentação e Bebidas (variação de +2,50% e impacto de +0,56 p.p.); Habitação (variação de +0,65% e impacto de 0,09 p.p.); e Artigos de Residência (variação de +1,19% e impacto de +0,05 p.p.). Por sua vez, verificou-se declínio no grupo Saúde e Cuidados Pessoais (-0,33% e impacto de -0,05 p.p.).

As principais variações de preços no Nordeste em setembro ocorreram em Alimentação e Bebidas no subgrupo Alimentação no Domicílio (+3,11%), com ênfase nos incrementos de preços de óleo de soja (+32,43%), arroz (+15,15%), e tomate (+9,30%). No grupo Habitação, cabe mencionar a variação de preços em reparos (+1,85%) e gás de botijão (+2,54%). No grupo Artigos de Residência, verificaram-se aumentos de preços em TV, som e informática (+2,28%) e Mobiliário (+1,37%).

No acumulado de 2020, o IPCA Nordeste foi pressionado pelas variações no grupo Alimentação e Bebidas (+9,28% e impacto de +1,93 p.p.); Habitação (+3,24% e impacto de 0,47 p.p.) e Comunicação (+3,01% e impacto de +0,15 p.p.). Por outro lado, o grupo Vestuário destacou-se em termos de deflação (-4,69% e impacto de -0,24 p.p.), seguido por Transportes (-2,57% e impacto de -0,46 p.p.), conforme especificado na Tabela 1. Alimentação dentro do domicílio subiu +11,28% em 2020, com destaque para óleo de soja (+57,17%), arroz (+40,18%), tomate (+38,01%) e feijão mulatinho (20,17%).

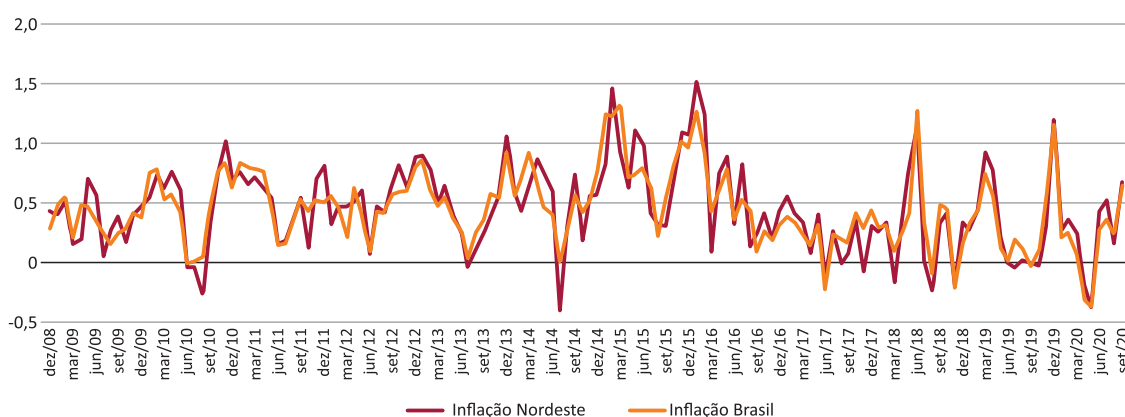
Tabela 1 – Variação (%) e impacto (p.p.) do IPCA no Brasil e Nordeste

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%)				Impacto (p.p)			
	set/20		Ano		set/20		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	0,64	0,67	1,34	2,11	0,64	0,67	1,34	2,11
Alimentação e Bebidas	2,28	2,50	7,30	9,28	0,46	0,56	1,38	1,93
Habitação	0,37	0,65	1,50	3,24	0,06	0,09	0,23	0,47
Artigos de Residência	1,00	1,19	1,73	1,28	0,04	0,05	0,06	0,05
Vestuário	0,37	-0,11	-2,85	-4,69	0,02	-0,01	-0,13	-0,24
Transportes	0,70	-0,01	-2,79	-2,57	0,14	0,00	-0,55	-0,46
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,64	-0,33	0,95	0,76	-0,09	-0,05	0,13	0,11
Despesas Pessoais	0,09	0,13	0,17	0,52	0,01	0,01	0,02	0,05
Educação	-0,09	-0,04	0,70	0,69	-0,01	0,00	0,04	0,04
Comunicação	0,15	0,21	2,50	3,01	0,01	0,01	0,15	0,15

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

As inflações do Brasil e do Nordeste tendem a convergir, quando comparadas em uma série longa, ou seja, de dezembro de 2008 a setembro de 2020, conforme especificado no Gráfico 1. É importante ressaltar, contudo, que os efeitos da inflação ocorrem no curto prazo, impactando os preços de produtos e de outros ativos da economia. Enquanto a média da inflação, no período dezembro de 2008 a setembro de 2020, alcançou 0,44% no Brasil e 0,45% no Nordeste. Por sua vez, em período mais curto, a exemplo do ano de 2020, os resultados diferem de forma mais expressiva, considerando que o IPCA atingiu 0,15% no Brasil e 0,23% no Nordeste.

Gráfico 1 – Inflação Mensal no Brasil e Nordeste - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado de 2020, o Nordeste obteve a maior inflação (+2,11%) dentre as regiões do País. À exceção de São Luís (+1,31%), as capitais do Nordeste apresentaram variações de preços acima da média nacional (+1,34%): Recife (+2,78%), Fortaleza (+2,55%), Aracaju (+1,89%) e Salvador (+1,71%), vide Tabela 2.

Tabela 2 – Inflação no Nordeste e capitais selecionadas - Variação acumulada (%) de janeiro a setembro de 2020

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral	2,55	2,78	1,71	1,89	1,31	2,11
Alimentação e Bebidas	9,52	8,72	10,01	10,88	6,98	9,28
Habitação	2,64	3,49	3,91	0,43	2,45	3,24
Artigos de Residência	1,38	4,67	-0,64	1,45	-0,19	1,28
Vestuário	-1,56	-1,83	-8,27	-7,47	-2,81	-4,69
Transportes	-1,19	-1,33	-5,20	-1,20	0,44	-2,57
Saúde e Cuidados Pessoais	1,51	1,01	1,39	0,13	-2,72	0,76
Despesas Pessoais	1,16	0,17	0,50	0,22	0,54	0,52
Educação	-2,61	3,75	1,94	-0,08	-4,89	0,69
Comunicação	2,62	3,43	3,42	3,94	1,01	3,01

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em São Luís, Alimentos e Bebidas (+6,98% e impacto de +1,56 p.p.); Habitação (+2,45% e impacto de +0,37 p.p.); Transporte (+0,44% e impacto de +0,08 p.p.); Comunicação (+1,01% e impacto de +0,05 p.p.); e Despesas Pessoais (+0,54% e impacto de +0,05 p.p.) pressionaram o IPCA. No sentido inverso, tem-se o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (-2,72% e impacto de -0,37 p.p.); e Educação (-4,89% e impacto de -0,24 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+7,2%), as principais variações são: óleo de soja (+40,8%), feijão mulatinho (+57,9%), arroz (+47,2%), açúcar cristal (+25,1%), leite em pó (+23,5%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+5,78%), os destaques são lanche (+10,8%), cerveja (+5,0%) e refrigerantes e água mineral (+8,3%).

No grupo Habitação, sobressaem gás de botijão (+4,1%) e reparos (+3,5%). No grupo Transportes, as principais variações ocorreram em ônibus urbano (+8,8%), veículo próprio (+2,3%) e transporte escolar (+0,7%). Passagem aérea caiu -50,4%. No grupo Comunicação, as principais variações verificaram-se em acesso à internet (+12,2%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (+2,3%). Serviços pessoais (+0,6%) e fumo (+4,2%) oscilaram no grupo Despesas Pessoais.

Os destaques nos dois grupos com variação negativa foram produtos farmacêuticos (-10,3%) e higiene pessoal (-1,0%) em Saúde e Cuidados Pessoais, e educação superior (-13,5%) e atividades físicas (-5,3%) em Educação.

Em doze meses finalizados em setembro, a inflação do Nordeste (+3,62%) foi superada pelo incremento de preços no Norte (+4,29%), tendo ultrapassado, porém, as variações registradas nas demais regiões do País: Centro-Oeste (+3,36%), Sudeste (+3,05%) e Sul (+2,50%), vide Tabela 3.

Em Fortaleza, Alimentos e Bebidas (+9,52% e impacto de +2,07 p.p.); Habitação (+2,64% e impacto de +0,44 p.p.); Comunicação (+2,62% e impacto de +0,13 p.p.); Saúde e Cuidados Pessoais (+1,51% e impacto de +0,21 p.p.); e Despesas Pessoais (+1,16% e impacto de +0,10 p.p.) apresentaram oscilações de preços no acumulado de janeiro a setembro de 2020. No sentido inverso, tem-se o grupo Educação (-2,61% e impacto de -0,16 p.p.) e Transportes (-1,19% e impacto de 0,22 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+11,6%), as principais variações ocorreram em óleo de soja (+60,2%), arroz (+47,8%), tomate (+34,6%), leite longa vida (+20,4%), açúcar cristal (+19,1%) e carnes e peixes industrializados (+15,0%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+3,77%), verificou incremento o preço de lanche (+4,6%).

No grupo Habitação, sobressaíram reparos (+5,7%), artigos de limpeza (+3,6%) e gás de botijão (+3,2%). No grupo Saúde e Cuidados Pessoais, cabe mencionar cuidados pessoais (+2,6%) e planos de saúde (+2,5%). Em Comunicação, a principal variação ocorreu em acesso à internet (+12,2%). Pacote turístico (+6,5%) e fumo (+4,2%) pressionaram o grupo Despesas Pessoais.

Por sua vez, no grupo Transporte, verificaram-se deflações em transporte público (-8,5%), passagem aérea (-48,4%) e transporte por aplicativo (-23,5%). No grupo Educação, pré-escola (-12,6%), ensino médio (-4,6%) e papelaria (-3,9%) oscilaram negativamente.

Em Recife, as oscilações de preços mais expressivas ocorreram em Alimentos e Bebidas (+8,72% e impacto de +1,87 p.p.); Habitação (+3,49% e impacto de +0,5 p.p.); Educação (+3,75% e impacto de +0,23 p.p.); Artigos de Residência (+4,67% e impacto de +0,19 p.p.); e Comunicação (+3,43% e impacto de +0,17 p.p.). Por outro lado, verificaram-se declínios de preços nos Grupos Transportes (-1,33% e impacto de -0,24 p.p.); e Vestuário (-1,83% e impacto de -0,10 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+10,6%), as principais variações ocorreram em óleo de soja (+63,6%), tomate (+47,7%), arroz (+35,4%), feijão carioca (+29,2%) e leite longa vida (+28,2%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+4,20%), verificaram-se expressivas oscilações de preços em lanche (+12,5%) e cerveja (+3,9%).

No grupo Habitação, ocorreram elevações de preços em gás de botijão (+7,2%), energia elétrica residencial (+6,1%), artigos de limpeza (+5,5%) e reparos (+3,8%). No grupo Artigos de Residência, cabe mencionar as alterações de preços em TV, som e informática (+14,1%), utensílios e enfeites (+6,7%) e cama, mesa e banho (+4,0%). Ensino médio (+7,5%), ensino fundamental (+6,9%) e pré-escola (+5,6%), pressionaram o grupo Educação. Em Comunicação, as principais ocorreram em acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (+4,2%).

Por outro lado, no grupo Vestuário, calçados (-9,8%) registrou deflação, e no grupo Transporte ocorreram declínios de preços em passagem aérea (-52,4%), transporte público (-10,0%) e óleo diesel (-8,5%).

Em Aracaju, as principais elevações no IPCA verificaram-se em Alimentos e Bebidas (+10,88% e impacto de +2,13 p.p.); Comunicação (+3,94% e impacto de 0,21 p.p.); Habitação (+0,43% e impacto de +0,06 p.p.); e Artigos de Residência (+1,45% e impacto de +0,05 p.p.). No sentido inverso, tem-se o grupo Vestuário (-7,47% e impacto de -0,39 p.p.); e Transportes (-1,20% e impacto de -0,21 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+12,4%), as principais variações verificaram-se em óleo de soja (+59,6%), arroz (+47,2%), feijão carioca (+23,8%), leite longa vida (+35,4%) e tomate (+21,5%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+7,3%), expressivas variações ocorreram em lanche (+13,2%), doces (+10,4%) e refrigerantes e água mineral (+9,6%).

No grupo Habitação, sobressaem gás de botijão (+3,8%) e reparos (+3,4%). No grupo Comunicação, as principais variações verificaram-se em acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (+8,3%). TV, som e informática (+18,5%) pressionou o grupo Artigos de Residência.

Nos dois grupos com variação negativa, cabe mencionar transporte público (-6,1%), passagem aérea (-41,2%), transporte por aplicativo (-21,8%) e óleo diesel (-3,5%) em Transportes, além de roupas (-9,3%) no grupo Vestuário.

Em Salvador, o IPCA variou de forma expressiva, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, nos grupos Alimentos e Bebidas (+10,01% e impacto de +1,96 p.p.); Habitação (+3,91% e impacto de +0,55 p.p.); Comunicação (+3,42% e impacto de +0,17 p.p.); e Saúde e Cuidados Pessoais (+1,39% e impacto de +0,22 p.p.). Inversamente, tem-se o grupo Vestuário (-8,27% e impacto de -0,40 p.p.) e Transportes (-5,2% e impacto de -0,92 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+12,4%), as principais variações de preços ocorreram em óleo de soja (+55,3%), tomate (+46,9%), arroz (+42,3%), leite longa vida (+27,5%), feijão mulatinho (+19,9%) e carnes (+19,2%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+3,99%), lanche (+7,8%) e refrigerante e água mineral (+6,9%) registraram as maiores oscilações.

No grupo Habitação, sobressaem gás de botijão (+8,52%), energia (+6,2%) e reparos (+5,9%). No grupo Saúde e Cuidados Pessoais, cabe mencionar planos de saúde (+2,5%) e higiene pessoal (+1,8%). Em Comunicação, as principais variações ocorreram em acesso à internet (+12,2%), aparelho telefônico (+6,6%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (+2,3%).

Os destaques nos dois grupos com variação negativa foram transporte público (-9,4%), passagem aérea (-52,4%), transporte por aplicativo (-22,8%), ônibus interestadual (-12,3%), etanol (-12,2%), gasolina (-11,1) e óleo diesel (-8,7%) em Transportes, e roupas (-12,0%) no grupo Vestuário.

Tabela 3 – Peso regional da inflação e variação do IPCA no Brasil, Regiões e capitais selecionadas - Em %

Região/Capitais	Peso Regional (%)	Variação (%)			
		ago/20	set/20	Ano	12 Meses
Nordeste	15,79	0,16	0,67	2,11	3,62
Salvador	5,99	0,13	0,23	1,71	3,31
Recife	3,92	0,46	0,78	2,78	3,84
Fortaleza	3,23	-0,23	1,22	2,55	4,13
São Luís	1,62	0,38	1,00	1,31	3,50
Aracaju	1,03	-0,30	0,73	1,89	3,18
Norte	4,45	0,03	0,98	1,46	4,29
Sudeste	53,26	0,20	0,54	1,30	3,05
Sul	16,70	0,27	0,69	0,76	2,50
Centro-Oeste	9,80	0,69	0,79	1,24	3,36
Brasil	100,00	0,24	0,64	1,34	3,14

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em Fortaleza, Alimentos e Bebidas (+9,52% e impacto de +2,07 p.p.); Habitação (+2,64% e impacto de +0,44 p.p.); Comunicação (+2,62% e impacto de +0,13 p.p.); Saúde e Cuidados Pessoais (+1,51% e impacto de +0,21 p.p.); e Despesas Pessoais (+1,16% e impacto de +0,10 p.p.) apresentaram oscilações de preços no acumulado de janeiro a setembro de 2020. No sentido inverso, tem-se o grupo Educação (-2,61% e impacto de -0,16 p.p.) e Transportes (-1,19% e impacto de 0,22 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+11,6%), as principais variações ocorreram em óleo de soja (+60,2%), arroz (+47,8%), tomate (+34,6%), leite longa vida (+20,4%), açúcar cristal (+19,1%) e carnes e peixes industrializados (+15,0%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+3,77%), verificou incremento o preço de lanche (+4,6%).

No grupo Habitação, sobressaíram reparos (+5,7%), artigos de limpeza (+3,6%) e gás de botijão (+3,2%). No grupo Saúde e Cuidados Pessoais, cabe mencionar cuidados pessoais (+2,6%) e planos de saúde (+2,5%). Em Comunicação, a principal variação ocorreu em acesso à internet (+12,2%). Pacote turístico (+6,5%) e fumo (+4,2%) pressionaram o grupo Despesas Pessoais.

Por sua vez, no grupo Transporte, verificaram-se deflações em transporte público (-8,5%), passagem aérea (-48,4%) e transporte por aplicativo (-23,5%). No grupo Educação, pré-escola (-12,6%), ensino médio (-4,6%) e papelaria (-3,9%) oscilaram negativamente.

Em Recife, as oscilações de preços mais expressivas ocorreram em Alimentos e Bebidas (+8,72% e impacto de +1,87 p.p.); Habitação (+3,49% e impacto de +0,5 p.p.); Educação (+3,75% e impacto de +0,23 p.p.); Artigos de Residência (+4,67% e impacto de +0,19 p.p.); e Comunicação (+3,43% e impacto de +0,17 p.p.). Por outro lado, verificaram-se declínios de preços nos Grupos Transportes (-1,33% e impacto de -0,24 p.p.); e Vestuário (-1,83% e impacto de -0,10 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+10,6%), as principais variações ocorreram em óleo de soja (+63,6%), tomate (+47,7%), arroz (+35,4%), feijão carioca (+29,2%) e leite longa vida (+28,2%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+4,20%), verificaram-se expressivas oscilações de preços em lanche (+12,5%) e cerveja (+3,9%).

No grupo Habitação, ocorreram elevações de preços em gás de botijão (+7,2%), energia elétrica residencial (+6,1%), artigos de limpeza (+5,5%) e reparos (+3,8%). No grupo Artigos de Residência, cabe mencionar as alterações de preços em TV, som e informática (+14,1%), utensílios e enfeites (+6,7%) e cama, mesa e banho (+4,0%). Ensino médio (+7,5%), ensino fundamental (+6,9%) e pré-escola (+5,6%), pressionaram o grupo Educação. Em Comunicação, as principais ocorreram em acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (+4,2%).

Por outro lado, no grupo Vestuário, calçados (-9,8%) registrou deflação, e no grupo Transporte ocorreram declínios de preços em passagem aérea (-52,4%), transporte público (-10,0%) e óleo diesel (-8,5%).

Em Aracaju, as principais elevações no IPCA verificaram-se em Alimentos e Bebidas (+10,88% e impacto de +2,13 p.p.); Comunicação (+3,94% e impacto de 0,21 p.p.); Habitação (+0,43% e impacto de +0,06 p.p.); e Artigos de Residência (+1,45% e impacto de +0,05 p.p.). No sentido inverso, tem-se o grupo Vestuário (-7,47% e impacto de -0,39 p.p.); e Transportes (-1,20% e impacto de -0,21 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+12,4%), as principais variações verificaram-se em óleo de soja (+59,6%), arroz (+47,2%), feijão carioca (+23,8%), leite longa vida (+35,4%) e tomate (+21,5%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+7,3%), expressivas variações ocorreram em lanche (+13,2%), doces (+10,4%) e refrigerantes e água mineral (+9,6%).

No grupo Habitação, sobressaem gás de botijão (+3,8%) e reparos (+3,4%). No grupo Comunicação, as principais variações verificaram-se em acesso à internet (+12,2%) e aparelho telefônico (+8,3%). TV, som e informática (+18,5%) pressionou o grupo Artigos de Residência.

Nos dois grupos com variação negativa, cabe mencionar transporte público (-6,1%), passagem aérea (-41,2%), transporte por aplicativo (-21,8%) e óleo diesel (-3,5%) em Transportes, além de roupas (-9,3%) no grupo Vestuário.

Em Salvador, o IPCA variou de forma expressiva, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, nos grupos Alimentos e Bebidas (+10,01% e impacto de +1,96 p.p.); Habitação (+3,91% e impacto de +0,55 p.p.); Comunicação (+3,42% e impacto de +0,17 p.p.); e Saúde e Cuidados Pessoais (+1,39% e impacto de +0,22 p.p.). Inversamente, tem-se o grupo Vestuário (-8,27% e impacto de -0,40 p.p.) e Transportes (-5,2% e impacto de -0,92 p.p.).

No subgrupo Alimentação dentro do domicílio (+12,4%), as principais variações de preços ocorreram em óleo de soja (+55,3%), tomate (+46,9%), arroz (+42,3%), leite longa vida (+27,5%), feijão mulatinho (+19,9%) e carnes (+19,2%). No subgrupo Alimentação fora do domicílio (+3,99%), lanche (+7,8%) e refrigerante e água mineral (+6,9%) registraram as maiores oscilações.

No grupo Habitação, sobressaem gás de botijão (+8,52%), energia (+6,2%) e reparos (+5,9%). No grupo Saúde e Cuidados Pessoais, cabe mencionar planos de saúde (+2,5%) e higiene pessoal (+1,8%). Em Comunicação, as principais variações ocorreram em acesso à internet (+12,2%), aparelho telefônico (+6,6%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (+2,3%).

Os destaques nos dois grupos com variação negativa foram transporte público (-9,4%), passagem aérea (-52,4%), transporte por aplicativo (-22,8%), ônibus interestadual (-12,3%), etanol (-12,2%), gasolina (-11,1%) e óleo diesel (-8,7%) em Transportes, e roupas (-12,0%) no grupo Vestuário.

Em 12 meses, Fortaleza (+4,13%) obteve a maior inflação dentre as capitais do Nordeste. Seguiram: Recife (+3,84%), São Luís (+3,50%), Salvador (+3,31%) e Aracaju (+3,18%), conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Inflação (%) no Nordeste e capitais selecionadas - Variação acumulada em 12 meses

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste
Índice Geral	4,13	3,84	3,31	3,18	3,50	3,62
Alimentação e Bebidas	13,49	11,43	14,29	13,46	12,92	13,19
Habitação	1,82	2,56	3,65	-0,45	2,44	2,69
Artigos de Residência	0,23	3,92	-1,10	0,52	-2,29	0,40
Vestuário	-1,80	-1,22	-8,08	-7,20	-3,76	-4,59
Transportes	-0,48	-0,41	-4,21	0,94	2,44	-1,48
Saúde e Cuidados Pessoais	2,18	2,02	2,59	0,99	-1,32	1,83
Despesas Pessoais	5,24	1,89	2,98	3,42	3,24	3,15
Educação	-2,29	4,17	1,90	0,05	-4,59	0,89
Comunicação	2,88	3,95	3,82	4,42	1,22	3,41

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

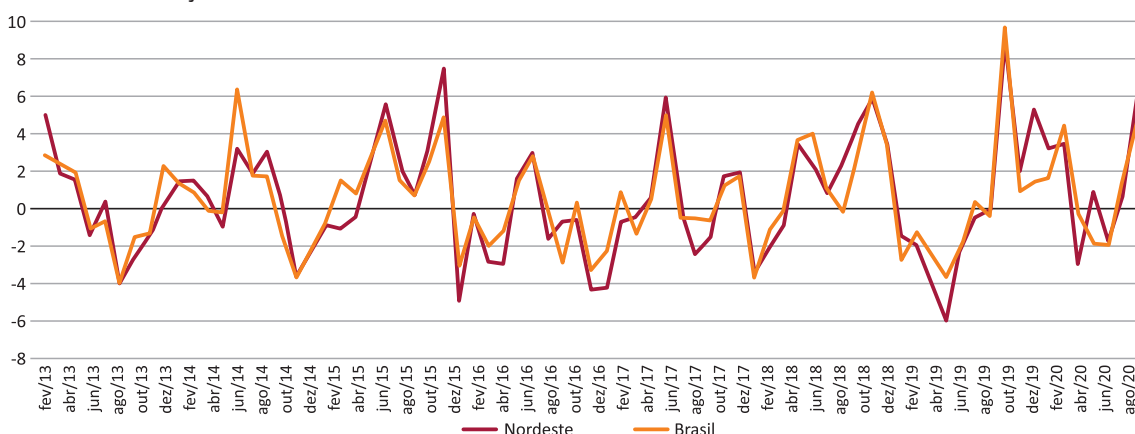
Em doze meses terminados em setembro de 2020, as variações de preços mais expressivas no IPCA Nordeste ocorreram em Alimentação e bebidas (+13,19%), Comunicação (+3,41%) e Despesas pessoais (+3,15%). Por sua vez, verificaram-se deflações nos grupos Transporte (-1,48%) e Vestuário (-4,59%).

12 Cesta Básica

O cálculo da cesta básica do Nordeste e capitais selecionadas foi iniciado em janeiro de 2013, utilizando uma metodologia desenvolvida pelo ETENE/BNB, a partir de dados compilados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Dentre as noventa e duas variações calculadas, de fevereiro de 2013 a setembro de 2020, um total de 46 variações da cesta básica no Brasil foi negativa. Na Região Nordeste, a variação negativa ocorreu em 41 meses. A menor variação no Brasil ocorreu em julho de 2013 (-4,16%) e a do Nordeste em agosto de 2019 (-6,06%), conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação mensal da Cesta Básica no Brasil e Nordeste - %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

A média das variações da cesta básica no Brasil foi +0,64% e no Nordeste foi +0,67%, sinalizando que em uma série longa os índices convergem. Contudo, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, a variação média no Nordeste (+1,90%) foi maior que a média nacional (+1,20%). Seguem as variações nas demais Regiões do País nos nove primeiros meses de 2020: Norte (+1,19%), Sudeste (+1,15%), Sul (+1,15%) e Centro-Oeste (+0,18%).

Especificamente em setembro de 2020, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calculou que o custo do conjunto de alimentos essenciais subiu +4,8% no Brasil. Os maiores impactos foram verificados nos preços da carne (variação de +4,9% e impacto de +1,5 p.p.); tomate (variação de +12,5% e impacto de +1,3 p.p.); banana (variação de +6,5% e impacto de +0,6 p.p.); arroz, farinha e batata (variação de +13,5% e impacto de +0,4 p.p.); e açúcar, café e óleo (variação de +30,0% e impacto de +0,4 p.p.). O arroz registrou variação de 19,0%. Vide Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) e impactos (p.p.) dos produtos da cesta básica no Brasil e Nordeste

Cesta Básica	Variação - %				Impacto - p.p.			
	set/20		Ano		set/20		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	4,8	6,2	11,1	18,0	4,8	6,2	11,1	18,0
Carne	4,9	5,7	5,5	13,8	1,5	1,9	1,6	4,3
Pão	1,2	4,4	6,6	9,4	0,2	0,6	1,0	1,2
Banana	6,5	2,5	7,7	12,4	0,6	0,2	0,7	1,1
Tomate	12,5	11,5	28,1	39,7	1,3	1,2	3,0	5,1
Leite	3,5	7,1	25,7	26,8	0,2	0,5	1,4	1,5
Manteiga	0,9	2,4	4,8	2,0	0,1	0,2	0,3	0,1
Feijão	2,1	2,8	23,0	24,6	0,1	0,2	1,3	1,8
Arroz, Farinha e Batata	13,5	22,0	48,2	67,6	0,4	0,8	0,9	2,0
Açúcar, Café e Óleo	30,0	40,2	78,3	89,5	0,4	0,6	0,9	0,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

O Nordeste apresentou uma variação no custo da cesta básica de +6,2% em setembro, ficando o Centro-Oeste (+2,3%) com a menor. As oscilações nas outras regiões foram: Sudeste (+4,9%), Sul (+4,8%) e Norte (+4,0%). A cesta do Nordeste apresentou aumentos de preços na carne (variação de +5,7% e impacto de +1,9 p.p.); tomate (variação de +11,5% e impacto de +1,2 p.p.); arroz, e farinha (variação de +22,0% e impacto de +0,8 p.p.), pão (variação de +4,4% e impacto de +0,6 p.p.); e açúcar, café e óleo (variação de +40,2 e impacto de +0,4 p.p.). O preço do arroz aumentou +22,0%.

A cesta básica mais cara continua a ser a da Região Sudeste (R\$ 563,22), e na sequência, as do Sul (R\$ 542,50), Brasil (R\$ 512,66), Centro-Oeste (R\$ 471,66), Nordeste (R\$ 459,60) e Norte (R\$ 459,21, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Brasil e Regiões

Período		Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2020	Jan	465,59	415,54	397,38	471,16	514,50	476,20
	Fev	472,22	432,95	418,66	466,50	515,18	470,69
	Mar	479,94	418,80	432,11	474,75	524,20	484,34
	Abr	501,28	434,19	447,14	481,36	552,43	518,80
	Mai	500,16	453,35	433,58	461,57	556,84	525,56
	Jun	490,79	453,86	437,75	462,97	535,25	509,84
	Jul	480,80	440,98	429,98	461,27	518,86	519,95
	Ago	489,30	441,50	432,71	461,20	537,11	517,45
	Set	512,66	459,21	459,60	471,61	563,22	542,50
Variação da Cesta Básica (%)							
% mês		4,77	4,01	6,21	2,26	4,86	4,84
% Ano		11,11	10,89	18,04	1,51	10,39	12,18
% 12 meses		21,81	20,18	27,45	15,54	21,05	22,92

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

A cesta básica, em setembro, subiu em todas as 17 capitais pesquisadas. Os aumentos mais expressivos ocorreram em Florianópolis (+9,8%), Salvador (+9,7%) e Aracaju (+7,1%). Brasília obteve a menor variação na cesta básica (+0,6%), seguida por Natal (+0,7%). Seguem as oscilações nas demais capitais do Nordeste: Recife (+5,7%), Fortaleza (+5,1%) e João Pessoa (+4,2%).

No acumulado de janeiro a setembro de 2020, a cesta básica no País aumentou +11,1%. Os maiores impactos no índice nacional ocorreram nos preços do tomate (variação de +28,1% e impacto de +3,0 p.p.); carne (variação de +5,5% e impacto de +1,6 p.p.); feijão (variação de +23,0% e impacto de +1,3 p.p.); leite (variação de +25,7% e impacto de +1,4 p.p.); pão (variação de +6,6% e impacto de +1,0 p.p.); arroz, farinha e batata (variação de +48,2% e impacto de +0,9 p.p.). O preço do arroz cresceu +44,9%.

Nos três primeiros trimestres de 2020, a cesta básica do Nordeste (+18,0%) obteve a maior variação dentre as regiões do País, vindo na sequência o Sul (+12,2%), Norte (+10,9%), Sudeste (+10,4%) e o Centro-Oeste (+1,5%).

Verificaram-se impactos expressivos na cesta do Nordeste, no acumulado de janeiro a setembro de 2020, nos preços do tomate (variação de +39,7% e impacto de +5,1 p.p.); carne (variação de +13,8% e impacto de +4,3 p.p.); feijão (variação de +24,6% e impacto de +1,8 p.p.); arroz e farinha (variação de +67,6% e impacto de +2,0 p.p.). O preço do arroz incrementou +52,1% e o leite teve uma variação de +26,8%, vide Tabela 3.

No acumulado de 2020, apenas Brasília obteve redução no valor da cesta (-5,9%). Os aumentos mais expressivos, à exceção de Curitiba (+14,2%), verificaram-se nas capitais do Nordeste: Salvador (+27,4%), Aracaju (+21,3%), Recife (+17,9%), João Pessoa (+15,7%), Fortaleza (+12,0%). Em Natal, o custo da cesta variou +10,0% (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor (R\$) e variações (%) da Cesta Básica no Nordeste e capitais selecionadas

Capital/Região	Valor	Var. % - Mês	Var.% - Ano	Var.% - 12 Meses
Fortaleza	485,75	5,1	12,0	26,4
Recife	464,31	5,7	17,9	26,5
Salvador	459,33	9,7	27,4	33,1
João Pessoa	432,04	4,2	15,7	20,1
Aracaju	426,87	7,1	21,3	29,9
Natal	422,31	0,7	10,0	19,8
Nordeste	459,60	6,2	18,0	27,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

Em termos de produtos, no acumulado de 2020, verificaram-se expressivas variações de preços no tomate (+85,3% em Salvador); feijão (+41,6% em Recife); banana (+46,7% em João Pessoa); e leite (+40,9% em Recife). O arroz cresceu 62,7% em Fortaleza. Por outro lado, em Natal, o preço do tomate caiu -8,6% e o da banana reduziu -8,5%, conforme especificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Variação (%) dos alimentos da Cesta Básica nas capitais do Nordeste

Alimento	set/20				2020				12 Meses			
	Maior Var (%)		Menor Variação		Maior Variação		Menor Variação		Maior Variação		Menor Variação	
	%	Capital	%	Capital	%	Capital	%	Capital	%	Capital	%	Capital
Carne	8,1	Aracaju	4,7	Fortaleza	26,5	Salvador	5,6	João Pessoa	46,3	Salvador	25,4	João Pessoa
Pão	11,5	Salvador	-4,1	João Pessoa	14,6	Salvador	3,7	Aracaju	18,6	Salvador	5,3	Fortaleza
Tomate	32,1	Salvador	-20,8	Natal	85,3	Salvador	-8,6	Natal	65,2	Salvador	-19,8	Natal
Banana	18,9	Aracaju	-16,3	Natal	46,7	João Pessoa	-8,5	Natal	32,7	João Pessoa	-5,2	Fortaleza
Feijão	5,4	Fortaleza	-1,1	Natal	41,6	Recife	17,0	Salvador	62,2	Fortaleza	35,7	Salvador
Leite	11,0	João Pessoa	4,6	Salvador	40,9	Recife	21,2	Fortaleza	40,6	Recife	22,5	Fortaleza

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

A Tabela 5 apresenta as variações e os impactos verificados no acumulado dos nove primeiros meses de 2020 nas capitais do Nordeste onde a pesquisa do DIEESE é realizada. Salvador obteve a maior variação (+27,41%), seguida por Aracaju (+21,28%), Recife (+17,91%), João Pessoa (+15,66%), Fortaleza (+12,02%) e Natal (10,05%).

Tabela 5 – Variação (%) e impactos (p.p.) nas capitais do Nordeste - Jan/set de 2020

Produto	Fortaleza		Natal		João Pessoa		Recife		Aracaju		Salvador	
	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto	Variação	Impacto
Total da Cesta	12,02		10,05		15,66		17,91		21,28		27,41	
Carne	7,9	2,4	7,7	3,1	5,6	1,7	11,5	2,7	13,8	4,6	26,5	8,3
Leite	22,2	1,2	26,8	1,6	30,5	1,8	40,9	2,2	34,3	2,1	21,2	1,3
Feijão	25,9	1,8	21,1	1,7	17,9	1,5	41,6	3,2	25,9	2,0	17,0	1,3
Arroz	62,7	1,9	53,3	1,6	46,6	1,4	51,8	1,7	55,1	1,9	42,1	1,3
Farinha	30,7	0,7	14,3	0,4	15,1	0,4	21,7	0,5	10,6	0,3	5,4	0,2
Tomate	26,3	2,7	(8,6)	(1,2)	35,0	2,7	15,1	2,5	70,9	6,5	85,3	9,6
Pão	4,6	0,7	12,5	1,8	6,1	0,9	12,2	1,7	3,7	0,5	14,6	2,0
Café	4,5	0,1	1,1	0,0	(5,9)	(0,1)	(3,5)	(0,0)	(1,2)	(0,0)	(3,8)	(0,0)
Banana	(7,2)	(0,7)	(8,5)	(0,7)	46,7	3,9	22,3	2,1	18,4	1,7	30,9	2,6
Açúcar	25,4	0,4	24,8	0,5	21,1	0,4	24,3	0,4	19,7	0,3	15,7	0,3
Óleo	72,0	0,8	77,9	0,9	62,5	0,7	74,8	0,9	72,8	0,9	60,5	0,7
Manteiga	2,1	0,2	3,6	0,3	2,6	0,2	0,9	0,1	9,7	0,5	0,6	0,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

Em Salvador, os principais impactos ocorreram nos preços da carne (variação de +26,5% e impacto de +8,3 p.p.); tomate (variação de +83,3% e impacto +9,6 p.p.); pão (variação de +14,6% e impacto de +2,0 p.p.); banana (variação de +30,9% e impacto de 2,6 p.p.); leite (variação de +21,2% e impacto de 1,3 p.p.); arroz (variação de +42,1% e impacto de +1,3 p.p.); feijão (variação de +17,0% e impacto de +1,3 p.p.); e óleo (+60,5% e impacto de +0,7 p.p.). O café apresentou variação negativa de -3,8% e impacto de -0,05 p.p..

Em Aracaju, os principais impactos ocorreram no preço do tomate (variação de +70,9% e impacto de +6,5 p.p.); carne (variação de +13,8% e impacto +4,6 p.p.); leite (variação de +34,3% e impacto de +2,1 p.p.); feijão (variação de +25,9% e impacto de 2,0 p.p.); arroz (variação de +51,8% e impacto de 1,7 p.p.); banana (variação de +18,4% e impacto de +1,7 p.p.); e óleo (variação de +72,8% e impacto de +0,9 p.p.). O café apresentou variação negativa de -1,2% e impacto de -0,02 p.p..

Em Recife, os principais impactos verificaram-se no preço do feijão (variação de +41,6% e impacto de +3,2 p.p.); carne (variação de +11,6% e impacto +2,7 p.p.); tomate (variação de +15,1% e impacto de +2,5 p.p.); leite (variação de +41,0% e impacto de 2,2 p.p.); banana (variação de +22,3% e impacto de 2,1 p.p.); arroz (variação de +51,8% e impacto de +1,7 p.p.); pão (variação de +12,2% e impacto de +1,7 p.p.); e óleo (variação de +74,8% e impacto de +0,9 p.p.). O café obteve variação negativa de -3,5% e impacto de -0,04 p.p..

Em João Pessoa, os principais impactos ocorreram no custo da banana (variação de +46,7% e impacto de +3,9 p.p.); tomate (variação de +35,0% e impacto +2,7 p.p.); leite (variação de +30,5% e impacto de +1,8 p.p.); carne (variação de +5,6% e impacto de 1,7 p.p.); feijão (variação de +17,9% e impacto de 1,5 p.p.); arroz (variação de +46,6% e impacto de +1,4 p.p.); pão (variação de +6,1% e impacto de +0,9 p.p.); e óleo (variação de +62,5% e impacto de +0,7 p.p.). O café obteve variação negativa de -5,9% e impacto de -0,07 p.p..

Em Fortaleza, os principais impactos foram verificados no preço do tomate (variação de +26,3% e impacto de +2,7 p.p.); carne (variação de +7,9% e impacto +2,4 p.p.); arroz (variação de +62,7% e impacto de +1,9 p.p.); feijão (variação de +25,9% e impacto de 1,8 p.p.); leite (variação de +22,2% e impacto de 1,2 p.p.); farinha (variação de +30,7% e impacto de 0,7 p.p.); pão (variação de +4,6% e impacto de +0,7 p.p.); e óleo (variação de +72,0% e impacto de +0,8 p.p.). O café registrou variação negativa de -7,2% e impacto de -0,07 p.p..

Em Natal, os principais impactos ocorreram no custo da carne (variação de +7,7% e impacto de +3,1 p.p.); pão (variação de +12,5% e impacto de +1,8 p.p.); feijão (variação de +21,1% e impacto de +1,7 p.p.); arroz (variação de +53,3% e impacto de 1,7 p.p.); leite (variação de +26,8% e impacto de 1,6 p.p.); e óleo (variação de +77,8% e impacto de +0,9 p.p.). O tomate obteve variação negativa de -8,6% e impacto de -1,2 p.p., assim como a banana (variação de +8,5% e impacto de -0,7 p.p.).

Em doze meses, terminados em setembro de 2020, a cesta do Brasil variou +21,8%, enquanto as oscilações nas Regiões foram: Nordeste (+27,5%), Sul (+22,9%), Sudeste (+21,0%), Norte (+20,2%) e Centro-Oeste (+15,5%). Seguem as variações nas capitais do Nordeste: Salvador (+33,1%), Aracaju (29,9%), Recife (+26,5%), Fortaleza (+26,4%), João Pessoa (+20,1%) e Natal (+19,8%). Quanto aos alimentos, as principais variações positivas, nessa base de comparação, ocorreram nos preços do tomate (+65,2% em Salvador); feijão (+62,2% em Fortaleza); banana (+32,7% em João Pessoa); leite (+40,6% em Recife). Em sentido inverso, os principais declínios de preços foram verificados no tomate (-19,8% em Natal) e banana (-5,2% em Fortaleza).

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 485,75). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 5,7% maior em comparação com o valor da cesta regional (R\$ 459,60), além de superar em 15,0% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Natal (R\$ 422,31). Os valores das cestas nas demais capitais do Nordeste são: Recife (R\$ 464,31), Salvador (R\$ 459,33), João Pessoa (R\$ 432,04) e Aracaju (R\$ 426,87).